DIÁRIO DE NOTÍCIAS
DE SÃO PAULO

ISSN 2675-6676
R$ 6,00

www.diariodenoticias.com.br | ANO XXXIV • Nº 7477 • SÃO PAULO, QUINTA-FEIRA 16 DE SETEMBRO DE 2021 | DIRETOR RESPONSÁVEL: MÁRCIO ANTÔNIO LOPES DA COSTA

CPI vê ligação de Faria com fraudes em licitações do Ministério da Saúde

Investigado pela CPI da Covid e suspeito de ter sido o lobista no Ministério da Saúde para favorecer algumas empresas, como a Precisa Medicamentos - envolvida no caso da compra frustrada, a preços superfaturados, da vacina Covaxin pela pasta -, Marconny Nunes Ribeiro Albernaz de Faria é também uma pontes de investigação do envolvimento da família Bolsonaro no 'esquema'. O senador Renan Calheiros afirmou, durante a oitiva de Faria ontem, 15, na comissão, que mensagens de 23 de maio e 3 de julho de 2020, cedidas pelo MPF à CPI, demonstram que Marconny Faria participou ativamente de tentativa de fraudar licitações do Ministério da Saúde para a compra de testes anticovid. Essa atuação aconteceu em associação com Francisco Maximiano e Danilo Trento, da Precisa Medicamentos, e Roberto Dias, ex-diretor do Departamento de Logística (Delog) do Ministério da Saúde, segundo o relator. Pág. 03

(Foto: Senado)

Marconny Faria disse que conheceu Jair Renan Bolsonaro "por amigos em comum logo que ele chegou a Brasília". O depoente reconheceu ainda que ajudou o filho do presidente a abrir a empresa Bolsonaro Jr Eventos e Mídia.

ECONOMIA

Itaú reduz expectativa de alta do PIB em 2022 para 0,5%

O Itaú Unibanco reduziu sua expectativa de alta da atividade econômica no Brasil em 2021 de 5,7% para 5,3%. Diante do cenário de juros mais elevado, o banco também reduziu a projeção para 2022, de 1,5% para 0,5%. O banco observa que o crescimento inesperado dos gastos com precatórios dificulta os planos de conciliar um aumento do Bolsa Família com a manutenção da âncora fiscal no País. Pág. 04

ONG internacional alerta para ações de Bolsonaro contra a democracia

Documento publicado ontem, 15, pela ONG Human Rights Watch (HRW) alerta que "Bolsonaro está ameaçando os pilares da democracia brasileira". O texto, divulgado na data em que se comemora o Dia da Democracia (15 de setembro), afirma que os discursos recentes do presidente "fazem parte de um padrão de ações "destinadas a enfraquecer os direitos fundamentais e as instituições democráticas no Brasil". Pág. 08

Índice de atividade econômica do BC avançou 0,60% em julho ante junho

(Foto: EBC)

No acumulado em 12 meses, o índice ficou positivo em 3,26%.

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) indicou alta de 0,60% em julho de 2021 ante junho, de acordo com os dados dessazonalizados (ajustados para o período). Em julho, o IBC-Br atingiu 140,52 pontos. Na comparação com julho de 2020, houve crescimento de 5,53% (sem ajuste para o período, já que a comparação é entre meses iguais). No acumulado em 12 meses, o indicador também ficou positivo em 3,26%. Pág. 04

Inflação dos mais pobres supera barreira dos 10% em 12 meses

Estudo do Ipea divulgado ontem, 15, aponta que a inflação das famílias de renda muito baixa e de renda baixa avançou 0,91% em agosto. Com o resultado, a inflação dessas faixas de renda acumula alta em 12 meses de 10,63% e 10,37%, respectivamente. O principal motivo foi a alta dos alimentos, que são mais relevantes na cesta de consumo da parcela mais pobre da população. Pág. 04

Comissão da Câmara aprova PL que prorroga desoneração da folha até 2026

A Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara aprovou ontem, 15, o PL que prorroga até 2026 a desoneração da folha de pagamento para os setores que mais empregam no País. A medida está em vigor desde 2011 e beneficia 17 setores ao reduzir os encargos cobrados sobre os salários dos funcionários. Pelas regras atuais, a validade da desoneração acabará no fim deste ano. Pág. 04

CPI da Covid convoca ministro da CGU e suspeita de prevaricação

(Foto: Senado)

Aziz suspeita de suposta prevaricação por parte do ministro da CCU.

Após descobrir que a CGU participou de operação em outubro do ano passado que apreendeu o celular do empresário Marconny Albernaz de Faria, que depôs ontem, 15, à CPI da Covid, o presidente da comissão, Omar Aziz (PSD-AM), pediu a convocação do ministro da CGU, Wagner Rosário. Aziz aponta uma suposta prevaricação por parte de Rosário. Pág. 03

ECONOMIA

Comissão de juristas enquadra crimes de Bolsonaro e pede impeachment

Há "farto material probatório" produzido pela CPI da Covid para responsabilizar criminalmente o presidente Bolsonaro e os integrantes de seu governo, aponta parecer apresentado ontem, 15, por um grupo de juristas coordenado pelo ex-ministro da Justiça Miguel Reale Júnior. Também assinam o parecer os juristas Sylvia H. Steiner, Helena Regina Lobo da Costa e Alexandre Wunderlich. Segundo o grupo, o comportamento de Bolsonaro ao longo da pandemia "constitui clara afronta aos direitos à vida e à saúde", o que configura infração ao artigo 7º, que trata dos crimes de responsabilidade na Lei do Impeachment. Os juristas identificaram crimes contra a saúde pública, contra a administração pública, contra a paz pública e contra a humanidade, além de infração a medidas sanitárias preventivas, charlatanismo, incitação ao crime e prevaricação. Pág. 03

Fusão PSL-DEM cria partido com 81 cadeiras na Câmara

DEM e PSL estão em vias de consolidar a fusão das legendas que vai criar um partido com 81 deputados federais e conquistar o posto de maior bancada da Câmara, com força para decidir votações importantes e como um eventual processo de impeachment de Bolsonaro. Pág. 03

INDICADORES FINANCEIROS

Indicador	Valor
Salário Mínimo	R$ 1.100,00
IPCA (IBGE) - mês	0,87%
IGP-M (FGV) - mês	0,66%
IPC (FIPE) - mês	1,44%
TR pré	0,0000%
Taxa básica financeira - TBF	0,4899%
Ibovespa (pontos)	115.062
Poupança (mês)	0,30%
CDB pré 30 dias - ano	5,75%
CDB pré 90 dias - ano	6,57%
CDI acumulado - mês	0,20%
CDI anualizado	5,15%
Dólar comercial	R$ 5,2370/R$ 5,2380
Dolar turismo	R$ 5,2600/R$ 5,4070
Euro turismo	R$ 6,1880/R$ 6,1900

Coreias testam mísseis e ampliam corrida armamentista

Pág. 05

Mulheres afegãs protestam contra uso da burca

Pág. 05

SpaceX faz primeiro voo orbital civil da história

Pág. 05

POLÍTICA

No dia da democracia, Rosa prega diálogo e 'supremacia da ordem jurídica'

Antes do início da sessão de julgamentos no Supremo Tribunal Federal (STF), a ministra Rosa Weber, vice-presidente da Corte, disse ontem, quando é comemorado o Dia da Democracia, que é preciso 'reafirmar a nossa fé no regime democrático' diante dos 'mares revoltos em que temos navegado'. A declaração vem após a escalada de investidas do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) contra o STF chegar ao ápice no feriado do 7 de Setembro, reavivando a crise entre Executivo e Judiciário a despeito da tentativa de recuo do Planalto.

Em seu discurso, a ministra também disse que a democracia depende do diálogo e da 'observância incondicional da supremacia da ordem jurídica'. No feriado, discursando em cima de um carro de som na avenida Paulista, em São Paulo, Bolsonaro chegou a ameaçar descumprir decisões judiciais do ministro Alexandre de Moraes, relator de uma série de investigações que atingem o presidente e seus apoiadores.

"Em uma república democrática, a Constituição e as leis a todos irmanam, nivelam e igualam, como observou João Barbalho, eminente ministro desta Suprema Corte", afirmou Rosa nesta quarta. A vice-presidente do Supremo também disse que a 'convivência de opostos' é a 'essência' do regime democrático e pregou a defesa dos direitos humanos contra 'quaisquer forma de opressão, intolerância e discriminação'.

"Democracia é também exercício constante de diálogo e de tolerância, de mútua compreensão das diferenças, de sopesamento pacífico de ideias distintas, até mesmo antagônicas, sem que a vontade da maioria, cuja legitimidade não se contesta, busque suprimir ou abafar a opinião dos grupos minoritários, muito menos tolher ou comprometer-lhes os direitos constitucionalmente assegurados", disse.

Marconny confirma relação de amizade com Jair Renan Bolsonaro à CPI da Covid

O empresário Marconny Albernaz de Faria confirmou à CPI da Covid ontem, que mantém uma relação de amizade com Jair Renan Bolsonaro, filho 04 do presidente Jair Bolsonaro. Marconny disse que conhece Jair Renan há cerca de dois anos e que inclusive já usou o camarote do filho do presidente no estádio Mané Garrincha, em Brasília, para comemorar seu aniversário.

O empresário também afirmou que orientou Jair Renan na criação de sua empresa ao indicar um advogado tributarista para auxiliá-lo. "Ele queria criar uma empresa de influencer, e aí eu só apresentei a ele para um colega tributarista que poderia auxiliar na abertura dessa empresa", disse.

"Se elucida, com muita clareza, por que vale a pena contratar um Marconny. Porque o Marconny diz que não conhece senador, o Marconny não é advogado, o Marconny não entende de contrato, o Marconny não entende da administração pública, mas o Marconny é um cara que vai para o churrasco com a advogada do presidente e que faz sua festa de aniversário no camarote de propriedade ou de aluguel, não sei, do filho do presidente", afirmou o senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE) durante a oitiva.

CPI: suposto lobista atuou para fraude em licitação, dizem senadores

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia ouviu, o bacharel em direito Marconny Albernaz de Faria, suspeito de ter atuado como lobista da Precisa Medicamentos. A empresa é a mesma que atuou na venda da vacina indiana Coxavin para o Ministério da Saúde. O contrato, para aquisição de 20 milhões de doses da Covaxin por R$ 1,6 bilhão, foi cancelado pelo Ministério da Saúde após denúncias de irregularidades na documentação trazidas pela CPI. Segundo integrantes da comissão, o nome do depoente aparece em uma troca de mensagens que cria a "arquitetura da fraude" para a licitação destinada à compra de testes de covid-19 superfaturados também intermediada pela Precisa.

O vice-presidente da comissão, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), apresentou aos senadores diálogos em que Faria fala sobre burlar uma licitação do Ministério da Saúde para a compra desses testes. As mensagens, originalmente enviadas ao depoente por Danillo Trento, sócio da Precisa Medicamentos, sugerem uma "arquitetura ideal" para eliminar concorrentes e privilegiar a Precisa no negócio.

Segundo a CPI, Marconny Faria encaminhou o passo a passo para José Ricardo Santana, ex-secretário executivo da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos. Os dois se conheceram em maio em um churrasco na casa da advogada Karina Kufa. Em seguida, Santana repassou os diálogos para Ricardo Ferreira Dias, à época diretor de Logística do Ministério da Saúde. "A arquitetura ideal é um passo a passo sobre como burlar o processo licitatório dos testes de covid. Esse é um dos casos mais escabrosos de corrupção que a gente vai ter na história brasileira", avaliou Randolfe.

Em sua fala inicial, o bacharel negou que seja lobista e que tenha tido qualquer atuação nessa posição junto à Precisa Medicamentos.Marconny ressaltou que se sentia "muito constrangido" em ter sua "vida íntima exposta" na CPI. "Se eu fosse um lobista, eu seria um péssimo lobista. Jamais fui capaz de transformar minhas relações sociais em contratos com resultados milionários", afirmou.

O depoente disse à CPI que, em 2020, teve contato por 30 dias com a Precisa.

Marcio Antonio Lopes da Costa
Diretor

Marcos Henrique
Comercial

www.diariodenoticias.com.br
site

Amaury Marques
Administração

Elaine Fernandes
Financeiro

Valter Lana
Editor responsável

redacao@diariodenoticias.com.br
e-mail

Contato: 55 11 5584-0035
marcio@diariodenoticias.com.br

Periodicidade: DIÁRIA

AMS EDITORA LTDA
Av. Nove de Julho, 4939 - cj. 76 B
Jd. Paulista - Cep. 01407-200
CNPJ nº 00.559.976/0001-07
São Paulo - SP

Administração:
Rua Samuel Morse, 120, cj. 81
Cidade Monções - Cep. 04576-060
São Paulo - SP

FUNDAÇÃO VANZOLINI TIRAGEM AUDITADA ANATEC

Para Lira, mudança da lei do impeachment está fora do escopo da CPI da Covid

(Foto: Senado)

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), criticou a intenção do relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid, senador Renan Calheiros (MDB-AL) de propor mudanças na lei do impeachment em seu parecer final.

"Acho que foge do escopo da CPI tratar de um assunto que é constitucional. Sugestão todo parlamentar pode fazer, projetos todos podem fazer. Eu não ousaria querer alterar daqui o regimento para o presidente do Senado alterar o rito do impeachment de ministro do Supremo", disse Lira.

"Acho que tanto o rito do presidente do Senado quanto da Câmara são de instituições que representam o poder autônomo, representativo, que se a maioria do plenário quiser, a qualquer momento alterar, altera. Não acredito que seja esse o sentimento das duas casas".

Renan quer forçar que a Câmara analise pedidos contra o presidente da República. A proposta é estabelecer um tempo mínimo para o presidente da Casa analisar denúncias oriundas da CPI. Caso o prazo não seja cumprido, caberia ao plenário, onde os demais 512 deputados votam, decidir se aceita iniciar um processo. A alteração na legislação que trata do impeachment proposta por Renan tem apoio entre o grupo majoritário da comissão.

O parlamentar pretende entregar o parecer até a semana que vem, no dia 23 ou 24. A intenção da cúpula da comissão é possibilitar que as conclusões da investigação da CPI provoquem a abertura de um processo de afastamento do presidente Jair Bolsonaro na Câmara.

A mudança na lei, no entanto, depende de aprovação no Congresso.

Reunião - Lira chegou ontem, ao Congresso para participar de uma reunião com líderes e presidentes da Câmara e Senado. A intenção é tratar de projetos e vetos comuns às duas Casas.

"Reunião importante com os dois presidentes, todos os líderes da Câmara e do Senado para tratar de pautas que estão na Câmara e no Senado, para que possa haver entendimentos. Tem a questão das coligações, dos precatórios, da Câmara que estão lá como regularização fundiária, cabotagem, outras que estão aqui, como Refis", disse Lira sobre o encontro.

Senadores fazem acordo para derrubar volta das coligações nas eleições

(Foto: Senado)

Um acordo fechado no Senado vai sepultar a proposta aprovada na Câmara e barrar o retorno das coligações proporcionais. O primeiro movimento nessa direção ocorreu ontem, na Comissão de Constituição e Justiça da Casa, com a leitura de um parecer contrário à volta, da senadora Simone Tebet (MDB-MS). O retorno é parte do pacote de reforma eleitoral capitaneado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL). A senadora defendeu "enterrar de uma vez" essas alianças.

Um acordo fechado no Senado vai sepultar a proposta aprovada na Câmara dos Deputados restabelecendo a possibilidade de coligações para eleições proporcionais.

O primeiro movimento nessa direção ocorreu ontem, na Comissão de Constituição e Justiça da Casa, com a leitura de um parecer contrário à volta, da senadora Simone Tebet (MDB-MS).

O retorno é parte do pacote de reforma eleitoral capitaneado pelo presidente da Câmara, (Progressistas-AL). A senadora defendeu "enterrar de uma vez" essas alianças. A possibilidade dessas alianças vigorou até 2018. Até então, os partidos podiam unir suas chapas de candidatos a vereador, deputado estadual e federal. As legendas que se coligavam somavam votos para a disputa das cadeiras nas Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas e Câmara dos Deputados. Com isso, partidos menores ou até nanicos - que, sozinhos, tinham dificuldades para atingir o mínimo de votação - podiam eleger candidatos bem votados, com votos de outras legendas.

O resultado, dizem especialistas, é fragmentação partidária, bancadas pequenas e legendas de aluguel.

Em 2020, nas eleições municipais, o fim das coligações vigorou pela primeira vez. Mas houve muitas reclamações. Um dos efeitos da nova norma foi o lançamento de muitos candidatos ao Executivo, no caso às prefeituras.

O objetivo seria "puxar" votos para candidatos ao Legislativo. Outro foi que legendas que não são de aluguel - como Rede, do Cidadania e do PC do B - ficaram com sua sobrevivência ameaçada. Um terceiro problema foi que as campanhas para cargos proporcionais ficaram mais caras.

CPI da Covid aprova convocação de ex-mulher de Bolsonaro

(Foto: Reprodução)

Em mais uma derrota para o governo de Jair Bolsonaro, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid, no Senado, aprovou ontem, um requerimento para convocar a advogada Ana Cristina Valle, ex-mulher do presidente, para prestar depoimento. O motivo é a relação dela com o advogado Marconny Albernaz Faria, investigado sob suspeita de ter atuado como lobista da Precisa Medicamentos, empresa que fechou contrato bilionário com o Ministério da Saúde para vender vacinas.

A convocação da ex-mulher de Bolsonaro é mais um sinal da falta de articulação do governo no Senado. Minoria na CPI e com relação conturbada com o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), o Palácio do Planalto tem sofrido sucessivas derrotas. Ontem, teve uma medida provisória que dificultava a remoção de conteúdo das redes sociais devolvida, iniciativa considerada incomum.

Segundo o senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE), Faria demandou a ex-mulher de Bolsonaro por duas vezes em questões relacionadas ao governo. Em uma delas, afirmou o parlamentar, o advogado pediu uma "atenção especial" para um caso de investigação de corrupção e, na outra, solicitou interferência para um cargo público. Ana Cristina é mãe de Jair Renan, o quarto filho do presidente, com quem Faria também admitiu ter relação de amizade.

Ana Cristina e Jair Renan moram hoje em Brasília. Em uma segunda oportunidade, o advogado recorreu à ex-mulher de Bolsonaro para influenciar a nomeação ao cargo de chefe da Defensoria Pública da União (DPU). O candidato apoiado por Faria era o defensor público Leonardo Cardoso.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676
Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

POLÍTICA

Mensagens do MPF à CPI apontariam ação de Marconny em fraude no Ministério

Suspeito de ter sido o lobista da Precisa medicamentos em várias frentes de negócios ilegais feitos junto ao Ministério da Saúde, Marconny Albernaz Faria protagonizou ontem, 15, em sua oitiva na CPI da Covid, um dos momentos mais agudos acerca do envolvimento da família Bolsonaro com o 'esquema'.

O relator Renan Calheiros (MDB-AL) afirmou que mensagens de 23 de maio e 3 de julho de 2020, cedidas pelo Ministério Público Federal à CPI, demonstram que Marconny Faria participou ativamente de tentativa de fraudar licitações do Ministério da Saúde para a compra de testes anticovid.

Essa atuação aconteceu em associação com Francisco Maximiano e Danilo Trento, da Precisa Medicamentos, e Roberto Dias, ex-diretor do Departamento de Logística (Delog) do Ministério da Saúde, segundo o relator.

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) apresentou à CPI diálogos em que Marconny Faria fala sobre burlar uma licitação do Ministério da Saúde na compra testes para coronavírus. As mensagens, originalmente enviadas ao depoente por Danillo Trento, sócio da Precisa Medicamentos, sugerem uma "arquitetura ideal" para eliminar concorrentes e privilegiar a Precisa no negócio.

(Foto: Senado)

Marconny Faria disse que conheceu Jair Renan Bolsonaro "por amigos em comum logo que ele chegou a Brasília". O depoente reconheceu ainda que ajudou o filho do presidente a abrir a empresa Bolsonaro Jr Eventos e Mídia.

Marconny Faria encaminha as mensagens para José Ricardo Santana, ex-secretário-executivo da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos.

Os dois se conheceram em maio em um churrasco na casa de Karina Kufa, advogada da família do presidente da República, Jair Bolsonaro. Em seguida, Santana repassa os diálogos para Ricardo Ferreira Dias, que era diretor de Logística do Ministério da Saúde. - A arquitetura ideal é um passo a passo sobre como burlar o processo licitatório dos testes de covid. Esse é um dos casos mais escabrosos de corrupção que a gente vai ter na história brasileira - disse Randolfe.

Senado vai se concentrar em Correios, reformas e mudanças eleitorais, diz Pacheco

(Foto: Senado)

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), afirmou que a pauta do Senado nos próximos dias vai se concentrar na privatização dos Correios, nos projetos relativos à reforma tributária, na reforma administrativa e nas mudanças eleitorais para 2022. A agenda foi citada durante entrevista em um evento com prefeitos em Goiânia, capital de Goiás.

O governo do presidente da República, Jair Bolsonaro, tenta destravar a pauta econômica no Senado, após o acirramento da crise política entre os Poderes. Pacheco sinalizou que os senadores vão apreciar as propostas.

Nos últimos dias, o governo vem sofrendo derrotas na Casa, tanto pela rejeição de propostas quanto pela alteração de medidas estratégicas.

No tema tributário, Pacheco cobrou a votação na Câmara do novo Refis, aprovado anteriormente pelos senadores.

Juristas apontam crimes de Bolsonaro na pandemia e pedem impeachment

(Foto: EBC)

O grupo de juristas coordenado pelo ex-ministro da Justiça Miguel Reale Júnior apontou à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid, no Senado, que cabe uma ação de impeachment por crime de responsabilidade contra o presidente Jair Bolsonaro no enfrentamento à pandemia. Os juristas identificaram crimes contra a saúde pública, contra a administração pública, contra a paz pública e contra a humanidade, além de ter cometido infração de medidas sanitárias preventivas, charlatanismo, incitação ao crime e prevaricação. O documento aponta que há "farto material probatório" produzido pelo colegiado para responsabilizar criminalmente o presidente Jair Bolsonaro e os integrantes de seu governo. Além de Reale Jr, assinam o parecer os juristas Sylvia H. Steiner, Helena Regina Lobo da Costa e Alexandre Wunderlich. O documento é uma resposta ao requerimento do senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE). Na avaliação dos especialistas, 'não são poucas as situações que merecem o aprofundamento das investigações pelos órgãos de controle do Estado brasileiro, assim como são bastante evidentes as hipóteses reais de justa causa para diversas ações penais'. Segundo os juristas, o comportamento de Bolsonaro ao longo da pandemia "constitui clara afronta aos direitos à vida e à saúde", o que configura infração ao artigo 7º, que trata dos crimes de responsabilidade na Lei do Impeachment. "A falta de coragem na imposição de medidas impopulares, mas absolutamente necessárias, e a omissão consciente, assentindo no resultado morte derivado da inação, conduzem à evidente responsabilização do desastre humanitário aos condutores da política de saúde no país, em coautoria: presidente da República Jair Messias Bolsonaro, então ministro da Saúde Eduardo Pazuello e o secretário-executivo do Ministério da Saúde, Élcio Franco, cabendo em face do primeiro a propositura de ação por crime de responsabilidade", diz o documento.

Fusão PSL-DEM cria força de direita

Prestes a ser oficializada, a fusão entre DEM e PSL vai criar uma megapotência partidária. A nova legenda deve nascer com 81 deputados federais e conquistar o posto de maior bancada na Câmara, com força para decidir votações importantes e ter peso significativo num eventual processo de impeachment de Jair Bolsonaro. Será a primeira vez em vinte anos que a direita reunirá tantos parlamentares em uma única agremiação. A última vez foi no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, quando o PFL (atual DEM) elegeu 105 representantes.

Caso a nova sigla seja concretizada, vai desbancar o PT, que desde 2010 elege as maiores bancadas na Câmara. Em 2018, foram 54. Mesmo que 25 parlamentares bolsonaristas deixem o novo partido, como esperado, a sigla que será criada seguirá com o maior número de deputados.

A ideia de dirigentes de PSL e DEM é usar a megaestrutura que está sendo formada para atrair uma candidatura à Presidência em 2022 capaz de rivalizar com Bolsonaro e com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Além de maior partido da Câmara, a nova legenda deve controlar três Estados, favorecendo a formação de palanques regionais nas disputas eleitorais. Hoje, o PSL governa Tocantins, com Mauro Carlesse, e o DEM administra Goiás, com Ronaldo Caiado, e Mato Grosso, com Mauro Mendes.

Ministro da CGU será chamado para depor na CPI da Covid, diz Aziz

O ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Wagner Rosário, será convocado para depor à CPI da Covid, afirmou o presidente da comissão, Omar Aziz (PSD-AM). O anúncio foi feito após o senador descobrir que a CGU participou de operação em outubro do ano passado que apreendeu o celular do empresário Marconny Albernaz de Faria, que depôs ontem, 15, à CPI.

Marconny foi alvo do Ministério Público Federal no Pará por suspeita de receber dinheiro para influir na troca da direção do Instituto Evandro Chagas, em Belém. O órgão é vinculado à Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde.

Seu nome chegou à CPI após o MPF compartilhar o conteúdo de seu celular, apreendido na Operação Hospedeiro, com os senadores. Para Aziz, isso pode apontar para uma suposta prevaricação por parte de Rosário, já que, na interpretação do presidente da CPI, a CGU já poderia ter acesso desde outubro do ano passado às mensagens que ligam Marconny e o ex-diretor de Logística do Ministério da Saúde, Roberto Ferreira Dias, e uma suposta atuação ilegal na pasta.

Governo lança parceria com estados no Programa Casa Verde e Amarela

O governo anunciou uma nova modalidade do seu programa habitacional, o Casa Verde Amarela Parcerias, na qual estados e municípios vão entrar com contrapartida de 20% do valor das moradias, que pode incluir o terreno do empreendimento. Em troca, o valor da entrada no imóvel próprio para famílias com renda mensal de até R$ 4 mil será reduzido ou zerado.

Dez estados já aderiram ao Parcerias: Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Roraima, Bahia, Ceará, Pernambuco e Alagoas.

As mudanças no programa foram anunciadas durante evento no Palácio do Planalto, com a presença do presidente Jair Bolsonaro. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Regional, o objetivo é adequar algumas métricas ao cenário atual e, com isso, atrair o mercado da construção civil e imobiliário para novas contratações, além de facilitar a contratação de financiamentos para as famílias.

Uma das medidas anunciadas é a ampliação do subsídio para os cidadãos darem entrada no imóvel, especialmente nas regiões Norte e Nordeste. O valor médio dos subsídios que antes era de R$ 23 mil passa para R$ 35 mil, a depender da composição familiar. As famílias do Grupo 1, com renda de até R$ 2 mil, passam a contar com subsídio de até R$ 47,5 mil para entrada.

(Foto: EBC)

Taxas de juros serão reduzidas para grupos participantes.

O governo também vai ampliar os recursos para financiamentos por meio do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para os anos de 2022 a 2024. Para o ano que vem, o aumento será de 10%, passando de R$ 56 bilhões para R$ 61 bilhões para o programa, em termos absolutos. Em 2023 e 2024, os valores serão de R$ 64 bilhões e R$ 67 bilhões, respectivamente.

Taxas de juros - O governo também vai estender as taxas de juros mais baixas aos mutuários do Grupo 1 do programa, que são de pessoas com renda familiar até R$ 2 mil.

As taxas são de 4,25% ao ano no Norte e Nordeste e de 4,5% ao ano nas demais regiões. Até então, as taxas para esse público eram calculadas conforme a renda da família e o valor dos imóveis.

O Grupo 3, de famílias com renda de R$ 4 a R$ 7 mil, também será beneficiado com redução de 0,5% nos juros até o final de 2022. As taxas mínimas passarão de 7,66% ao ano para 7,16% ao ano.

Outra mudança é no valor máximo dos imóveis a serem financiados com recursos do FGTS, que serão reajustados em até 15%, a depender do tamanho do município. A medida atende a uma demanda do setor da construção civil, diante do aumento do custo nos insumos do setor nos últimos anos, principalmente com a pandemia de covid-19.

'Arquitetura ideal' para venda de testes foi enviada pela Precisa, diz Marconny

O lobista Marconny Albernaz de Faria revelou à CPI da Covid que a estratégia apontada por senadores como um manual para burlar um processo licitatório de venda de testes ao governo federal foi elaborada pela Precisa Medicamentos. Integrantes da comissão resgataram mensagens trocadas entre Marconny e o ex-funcionário da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Ricardo Santana, em que eles conversam sobre uma "arquitetura ideal" para o processo de venda ao ministério prosseguir.

Segundo o vice-presidente da CPI, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), a estratégia foi enviada por Marconny a Ricardo Santana, para que ele pudesse encaminhá-la a Roberto Ferreira Dias, ex-diretor de Logística do Ministério da Saúde e também alvo da comissão.

Ao ser questionado sobre quem teria criado tal "arquitetura ideal", Marconny diz ter recebido o plano da área técnica da Precisa Medicamentos. A CPI apura a atuação do lobista para destravar a compra de milhares de kits de reagentes para exame de covid-19. A venda, que seria feita pela Precisa ao Ministério da Saúde, não foi adiante.

Apesar de negar que tenha feito lobby, Marconny disse que fez análises e assessoramentos políticos para a Precisa. Questionado pelos senadores para explicar como teria sido feito o trabalho, ele não soube dizer.

Apesar de o negócio dos testes rápidos não ter ido adiante, o relator da CPI, Renan Calheiros (MDB-AL), afirmou que a "arquitetura foi materializada". Randolfe disse ainda que, apesar de o suposto plano de burla à licitação não ter sido concretizada no caso dos testes, essa estratégia pode ter sido usada em outras contratações com o poder público.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

ECONOMIA

Comissão da Câmara aprova prorrogação da desoneração da folha até 2026

O projeto de lei que prorroga até 2026 a desoneração da folha de pagamento para os setores que mais empregam no País foi aprovado ontem, 15, na Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara. Para começar a valer, o texto ainda precisa ser aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e pelo plenário da Câmara, além de passar por uma análise do Senado. A medida está em vigor desde 2011 e beneficia 17 setores ao reduzir os encargos cobrados sobre os salários dos funcionários. Pelas regras atuais, a validade da desoneração acabará no fim de 2021. O projeto de lei que prorroga os efeitos da desoneração é de autoria do deputado Efraim Filho (DEM-PB).

O relator é o deputado Jerônimo Goergen (PP-RS). O relator tenta votar um requerimento para que o projeto não passe pela CCJ e vá direto ao plenário.

O relatório do parlamentar do Progressistas foi pela aprovação do projeto. O parecer de Jerônimo não trouxe mudanças significativas em relação ao projeto original. No entanto, o relator não descarta mudanças, que podem ocorrer por meio de emendas na votação do plenário da Câmara.

Uma das soluções que podem ser construídas com o governo é a diminuição do prazo da prorrogação. O relator também não descarta que o prazo possa ir até 2023, em vez de 2026.

Arábia Saudita suspende importações de carne bovina de 5 frigoríficos brasileiros

A Arábia Saudita suspendeu neste mês as importações de carne bovina de cinco plantas frigoríficas brasileiras, de acordo com documento publicado pela Saudi Food and Drug Authority (SFDA), a agência governamental que regula alimentos e medicamentos no país. O motivo não foi informado, mas as unidades estão localizadas no Estado de Minas Gerais, onde as autoridades brasileiras identificaram no início do mês um caso de encefalopatia espongiforme bovina (EEB), o mal da "vaca louca". A suspensão das compras teve início no dia 6 de setembro, com o Ministério da Agricultura confirmando na segunda-feira, 13, que o motivo da suspensão está relacionado ao caso atípico de EEB.

Em nota, a pasta informou que já estão sendo realizadas reuniões, "mas não há previsão sobre a retirada das suspensões"

A Plena Alimentos S/A, em Pará de Minas, a Supremo Carnes, em Ibirite e Campo Belo, a Dimeza Alimentos, do Grupo Fricon, no município de Contagem, e a MaxiBeef Carnes, de Carlos Chagas, estão proibidas de exportar os seus produtos de carne bovina para a Arábia Saudita.

A decisão saudita entrou em vigor justamente no dia em que a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) concluiu que os dois casos da doença, identificados em Minas Gerais e Mato Grosso, não representam risco para a cadeia de produção bovina brasileira.

País está quase falido, afirma Arminio Fraga

O economista Arminio Fraga, ex-presidente do Banco Central, afirmou na terça-feira, 14, que, quantitativamente, o Estado brasileiro está em situação pré-falimentar e que é preciso repensar as prioridades dos gastos públicos para mudar essa situação. "Algo precisa acontecer, pois hoje essas prioridades espelham a captura do Estado, o sistema político nacional", destacou ele, em evento do grupo 'Derrubando Muros', movimento que reúne empresários, investidores, políticos e intelectuais em oposição ao governo de Jair Bolsonaro.

Para Arminio, a comparação internacional mostra que o Estado brasileiro é grande para um País de renda média. Avaliando os dados pré-pandemia, o gasto ficou entre 30% e 35% do Produto Interno Bruto (PIB). Nesse cenário, os gastos sobem e os investimentos caem.

"O Brasil tem uma característica fora da curva global. Quase 80% de seus recursos são gastos com folha de pagamento e previdência. Esse número supera em uns 20% o topo dos demais países."

Junta-se a isso o fato de o déficit primário estar negativo desde 2014. Isso significa que o Brasil está tomando dinheiro emprestado para pagar juros, o que eleva ainda mais a dívida, hoje acima de 90% do PIB. "Esse é um número alto para um país com a nossa história." Na avaliação de Arminio, em algum momento será preciso encarar os problemas de frente e repensar as prioridades dos gastos. Trazer o saldo primário para o terreno positivo não será suficiente para equilibrar a situação, disse o ex-presidente do BC.

Mas ele disse acreditar que um governo bom e com projeto desenhado conseguirá colocar o País nos trilhos do crescimento. Hoje, diz o economista, há espaço para crescer em todas as áreas e melhorar os serviços. "Precisamos evoluir muito. Estamos há 40 anos com crescimento muito baixo, mesmo nos melhores momentos, como FHC e Lula (1º governo). A pergunta que temos de fazer é por que nós, como nação, não conseguimos nos organizar e fazer melhor as coisas de forma inclusiva e sustentável?"

Avanço do PIB do G-20 desacelera no 2º tri, mostra OCDE

O Produto Interno Bruto (PIB) do G-20, como é conhecido o grupo das 20 maiores economias do mundo, cresceu 0,4% no segundo trimestre de 2021 ante os três meses anteriores, segundo dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O resultado mostra desaceleração ante o primeiro trimestre do ano, quando o PIB do G-20 teve aumento de 0,9% em relação ao último trimestre de 2020, mostra relatório da OCDE, publicado ontem, 14.

A OCDE ressalta, porém, que há grandes diferenças de desempenho entre os países que compõem o grupo.

No Brasil, o PIB encolheu 0,1% no segundo trimestre, após avançar 1,2% entre janeiro e março. O arrefecimento foi marcante também na Turquia (de +2,2% no primeiro trimestre para +0,9% no segundo trimestre), na Coreia do Sul (de +1,7% para +0,8%), na Austrália (de +1,9% para +0,7%), na Índia (de +2,3% para -10,2%) e no Canadá (de +1,4% para -0,3%).

Por outro lado, a OCDE destaca que houve retomada do crescimento no Reino Unido (de -1,6% no primeiro trimestre para +4,8% no segundo trimestre), na União Europeia (de -0,1% para +2,1%), na Alemanha (de -2% para +1,6%), na Arábia Saudita (de -0,5% para +1,1%) e no Japão (de -1,1% para +0,5%).

Em outras partes, a economia ganhou força do primeiro para o segundo trimestre: Itália (de +0,2% para +2,7%), Estados Unidos (de +1,5% para +1,6%), México (de +1,1% para +1,5%), China (de +0,4% para +1,3%), Indonésia (de +0,3% para +1,3%) e França (de estável para +1,1%).

Atividade econômica tem alta de 0,60% em julho, diz Banco Central

(Foto: EBC)

A atividade econômica brasileira registrou alta em julho deste ano, de acordo com dados divulgados ontem (15) pelo Banco Central (BC). O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) apresentou aumento de 0,60% em julho de 2021 em relação ao mês anterior, de acordo com os dados dessazonalizados (ajustados para o período).

Até fevereiro, o IBC-Br vinha apresentando crescimento, após os choques sofridos em março e abril do ano passado, em razão das medidas de isolamento social necessárias para o enfrentamento da pandemia de covid-19. Nos últimos meses, entretanto, os resultados oscilaram, com recuos em março e maio. O trimestre encerrado em julho fechou com oscilação negativa de 0,02%.

Em julho, o IBC-Br atingiu 140,52 pontos. Na comparação com julho de 2020, houve crescimento de 5,53% (sem ajuste para o período, já que a comparação é entre meses iguais). No acumulado em 12 meses, o indicador também ficou positivo, em 3,26%. O índice é uma forma de avaliar a evolução da atividade econômica brasileira e ajuda o BC a tomar decisões sobre a taxa básica de juros, a Selic, definida atualmente em 5,25% ao ano. O índice incorpora informações sobre o nível de atividade dos três setores da economia, a indústria, o comércio e os serviços e agropecuária, além do volume de impostos.

O indicador foi criado pelo Banco Central para tentar antecipar a evolução da atividade econômica. Entretanto, o indicador oficial é o Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos no país), calculado pelo IBGE. Em 2020, o PIB do Brasil caiu 4,1%, totalizando R$ 7,4 trilhões. Foi a maior queda anual da série do IBGE, iniciada em 1996 e que interrompeu o crescimento de três anos seguidos, de 2017 a 2019, quando o PIB acumulou alta de 4,6%.

Guedes: Sem reforma do IR para bancar novo Bolsa, governo poderia retomar auxílio

(Foto: EBC)

A não aprovação da reforma do Imposto de Renda, que servirá de fonte de recursos para a ampliação do Bolsa Família, poderia levar o governo a ter de reeditar o auxílio emergencial, indicou nesta terça-feira, 14, o ministro da Economia, Paulo Guedes.

"Inadvertidamente o mundo empresarial vai a Brasília e faz um lobby contra o (projeto de reforma do) Imposto de Renda. Ele na verdade está inviabilizando o (aumento do) Bolsa Família. Vai produzir uma reação do governo que é o seguinte: ah é, então quer dizer que não tem fonte não, né? Não tem tu vem tu mesmo. Então é o seguinte, bota aí R$ 500 logo de uma vez e é auxílio emergencial. A pandemia está aí, a pobreza está muito grande, vamos para o 'vamos ver'", disse Guedes durante evento do BTG Pactual.

Em seguida, o ministro reconheceu que essa via criaria um "problema tremendo para todo mundo". Embora o auxílio tenha sido crucial para ajudar famílias vulneráveis na pandemia, seu gasto, superior a R$ 300 bilhões, elevou a dívida pública de forma significativa. "Ora, está criando um problema tremendo para todo mundo, inclusive para quem vos fala. Eu não estou lá para fazer bagunça, e vai virar bagunça se não tiver uma solução tecnicamente correta", alertou Guedes.

A Lei de Responsabilidade Fiscal prevê que uma medida de aumento permanente de despesa (como a ampliação do Bolsa Família) precisa vir acompanhada de uma fonte de custeio, isto é, uma receita também duradoura e que seja capaz de financiar o gasto.

Como fonte de receitas para o custeio do Auxílio Brasil, como foi rebatizado o programa social, a equipe de Guedes listou a tributação sobre lucros e dividendos distribuídos à pessoa física, entre outras mudanças propostas na reforma do Imposto de Renda. O objetivo original era aprovar as alterações no IR e, assim, ter a fonte de recursos necessária para o programa social. A reforma do IR já foi aprovada na Câmara dos Deputados, mas enfrenta fortes resistências no Senado Federal, onde pode não avançar.

Como mostrou o Estadão/Broadcast, o governo tem um "plano B" para a fonte de recursos do Auxílio Brasil, que é o plano de cortes em subsídios que será enviado ao Congresso Nacional neste mês. Mas essa opção também depende do aval dos parlamentares para avançar, o que pode ser um obstáculo.

Dentro do governo há defensores da renovação do auxílio emergencial. Como mostrou a reportagem, a ala entusiasta dessa medida argumenta que o substituto do Bolsa Família é perene, mas não atende a todo público do benefício a vulneráveis. Recriado em abril, o auxílio emergencial de 2021 contempla 39 milhões de famílias elegíveis, enquanto o Auxílio Brasil deve alcançar cerca de 17 milhões.

Inflação das famílias mais pobres supera 10% em 12 meses até agosto, diz Ipea

A inflação das famílias mais pobres cresceu em agosto, mas uma vez, em ritmo mais acentuado do que para as famílias de maior rendimento, mostram cálculos do Ipea divulgados ontem, 15. No acumulado de 12 meses, a inflação da população de renda muito baixa até média-baixa chega a dois dígitos.

Em agosto, o Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda mostra que a inflação das famílias de renda muito baixa e de renda baixa avançou 0,91%. O principal motivo foi a alta dos alimentos, que são mais relevantes na cesta de consumo da parcela mais pobre da população. Com o resultado, a inflação dessas faixas de renda acumula alta de 10,63% e 10,37%, respectivamente, em 12 meses.

A inflação das famílias de renda alta, por sua vez, apresentou aumento de 0,78% no mês. Neste caso, a inflação acumulada em 12 meses é de 8,04%.

Além do menor peso dos alimentos na cesta de consumo dos mais ricos, essa parcela da população ainda beneficia-se, do ponto de vista inflacionário, da menor pressão de preços do setor de serviços. É o caso da educação.

Para calcular as diferentes faixas de inflação, o Ipea constrói uma cesta de bens e serviços tipicamente consumida por famílias mais ricas e mais pobres.

A renda muito baixa considerada, por exemplo, é aquela inferior a R$ 1.808 por família. O modelo é alimentado pela coleta de preços do IBGE

Segundo o Ipea, para as famílias com menor renda, mesmo diante de uma deflação em itens importantes como arroz (-2,1%), feijão (-1,7%) e óleo de soja (-0,4%), os aumentos de preços das proteínas animais, especialmente do frango (4,5%), dos ovos (1,6%), da batata (20%), do açúcar (4,6%) e do café (7,6%) explicam a pressão inflacionária que vem dos alimentos.

Já a alta inflacionária do grupo de transportes deve-se aos reajustes de 2,8% da gasolina e de 4,7% do etanol, combinados com a alta nos preços dos automóveis novos (1,8%) e dos serviços de aluguel de veículos (6,6%), mesmo com a queda de 10,7% das passagens aéreas.

Mercado já prevê crescimento do PIB abaixo de 1% em 2022

A piora do quadro econômico, com aumento da inflação e um risco político elevado, tem feito economistas de instituições financeiras reduzirem as projeções de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) para este ano e o ano que vem.

Após o resultado abaixo do esperado do PIB do segundo trimestre, o Itaú Unibanco reduziu terça-feira sua expectativa de crescimento da atividade em 2021, de 5,7% para 5,3%. Diante do cenário de juros mais elevado, o banco também diminuiu a projeção para 2022, de 1,5% para 0,5%.

O Itaú avalia que o risco fiscal tem aumentado com a perspectiva de aumento de gastos públicos e, se materializado, traria efeitos negativos para a economia. O banco observa que o crescimento inesperado dos gastos com precatórios dificulta os planos de conciliar um aumento do Bolsa Família e a manutenção da âncora fiscal no País.

Em relatório publicado nesta terça, o Itaú Unibanco também elevou suas projeções da taxa Selic -- a taxa de juros básica do País -- no fim de 2021, de 7,5% para 8,25%, e de 2022, de 7,5% para 9,0%, devido ao cenário de inflação mais pressionado.

O banco também elevou sua projeção do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deste ano, de 7,70% para 8,40%, e do próximo, de 3,90% para 4,20%. O indicador mede a inflação oficial do País.

"A situação hídrica gera pressão adicional sobre a inflação corrente, via aumento das contas de luz, e também sobre a dinâmica de preços do ano que vem, através da inércia resultante de um IPCA mais elevado e do risco de novas medidas que visem à redução do consumo de eletricidade. Adicionalmente, as dúvidas sobre a trajetória das contas públicas, em especial no que diz respeito ao cumprimento do teto de gastos em 2022, resultam em pressão mais duradoura sobre a taxa de câmbio, que deve apreciar um pouco menos do que esperávamos anteriormente", escreve o economista-chefe do Itaú, Mario Mesquita, em relatório.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676
Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

INTERNACIONAL

Coreias testam mísseis e ampliam corrida armamentista

(Foto: EBC)

A Coreia do Sul testou um míssil balístico lançado de submarino (SLBM), tornando-se o primeiro país sem armas nucleares a desenvolver esse sistema.

Tanto a Coreia do Norte quanto a Coreia do Sul testaram mísseis balísticos ontem (15), a ação mais recente de uma corrida armamentista que leva os dois países a desenvolverem armas cada vez mais sofisticadas, enquanto os esforços para induzir conversas de distensão se mostram infrutíferas.

A Coreia do Sul testou um míssil balístico lançado de submarino (SLBM), tornando-se o primeiro país sem armas nucleares a desenvolver esse sistema.

O presidente sul-coreano, Moon Jae-in, estava acompanhando o teste quando se soube dos lançamentos norte-coreanos, seus primeiros testes com mísseis balísticos desde março.

A Coreia do Norte lançou um par de mísseis que caíram no mar, no litoral leste, de acordo com autoridades da Coreia do Sul e do Japão, poucos dias depois de testar um míssil de cruzeiro que se acredita ter capacidade nuclear.

Pyongyang desenvolve seus sistemas de armas continuamente, em meio a um impasse nas negociações que buscam o desmantelamento de seu arsenal nuclear e de mísseis balísticos em troca de um alívio das sanções dos Estados Unidos (EUA). As negociações, iniciadas entre o ex-presidente norte-americano Donald Trump e o líder norte-coreano Kim Jong-un em 2018, estão travadas desde 2019.

"A Coreia do Norte lançou dois mísseis balísticos não identificados da região de sua ilha central rumo ao litoral leste. Autoridades de inteligência da Coreia do Sul e dos EUA estão realizando analises detalhadas para obter maiores informações", disse o Estado-Maior Conjunto da Coreia do Sul (JCS) em comunicado.

Os mísseis foram lançados pouco antes da 0h30 (horário local), percorrendo 800 quilômetros (km), a uma altitude máxima de 60 km, relatou o JCS.

O Comando Indo-Pacífico dos militares dos EUA disse que os lançamentos de mísseis da Coreia do Norte não representaram uma ameaça imediata ao seu pessoal, território ou aliados, mas que mostram o impacto desestabilizador do programa de armas.

UE vai doar 200 milhões de doses de vacinas até meados de 2022

(Foto: EBC)

A presidente da Comissão Europeia anunciou ainda que o bloco vai doar 100 milhões de euros de ajuda humanitária ao Afeganistão.

A União Europeia (UE) tem vacinas contra a covid-19 suficientes para garantir uma terceira dose, caso seja necessário. No discurso do Estado da União Europeia (Soteu, a sigla em inglês), a presidente da comissão, Ursula Von der Leyen, traçou as prioridades para o próximo ano e disse que o combate à pandemia continua no topo das preocupações. A UE quer acelerar a vacinação nos países com baixo rendimento e, para isso, vai doar mais 200 milhões de doses até meados de 2022.

Ela anunciou que vai ser organizada no próximo ano, durante a presidência francesa da UE, uma reunião de cúpula sobre defesa, Para Ursula Von der Leyen, trata-se de questão essencial para a Europa passar ao nível seguinte.

A presidente da Comissão Europeia anunciou ainda que o bloco vai doar 100 milhões de euros de ajuda humanitária ao Afeganistão. "Vamos aumentar novamente a ajuda humanitária ao Afeganistão em 100 milhões de euros, que farão parte de um novo pacote de apoio ao país a ser divulgado nas próximas semanas". A líder do bloco, em seu discurso no Parlamento Europeu, em Estrasburgo, observouque o apoio deve evitar os riscos reais de uma grande fome e um desastre humanitário.

Japão tem 86 mil pessoas com mais de 100 anos, um novo recorde

(Foto: EBC)

Número de centenários quintuplicou desde 2000.

O Japão conta com 86.510 pessoas com idade igual ou superior a 100 anos, um novo recorde, segundo dados divulgados hoje pelo Ministério da Saúde japonês. Número de centenários quintuplicou no país desde 2000.

Os números, divulgados por ocasião do Dia do Respeito pelos Idosos, que será comemorado na próxima segunda-feira (20), representam aumento de 6.060 pessoas em relação ao ano anterior, de acordo com o ministério.

As mulheres continuam a ser a esmagadora maioria das pessoas centenárias, representando 88% do total (76.450 pessoas), mais 5.475 que no ano anterior.

Os homens com idade igual ou superior a 100 anos ultrapassaram pela primeira vez os 10 mil, com um total de 10.060, aumento de 585 indivíduos em relação a 2020.

O número de pessoas que chegam aos 100 anos ou mais no Japão tem crescido de forma significativa nas últimas cinco décadas, aumento que especialistas atribuem ao desenvolvimento de tecnologias e tratamentos médicos. Em 1963, quando se realizou o primeiro estudo, os japoneses com mais de 100 anos eram apenas 153.

Em 1998, esse número atingiu os 10 mil, alcançando 30 mil em 2007, até superar os 50 mil cinco anos mais tarde.

A japonesa Kane Tanaka, com 118 anos, é hoje a mulher mais velha do país, tendo sido reconhecida como a mais velha do mundo pela associação norte-americana Gerontology Research Group (GRG).

Por sua vez, o homem mais velho do Japão é Mikizo Ueda, com 111 anos.

O envelhecimento da população é um dos grandes desafios para o país, com taxa de natalidade em constante declínio, causando preocupações sobre as perspectivas económicas e a mão de obra.

Em 2020, a esperança de vida no arquipélago atingiu recorde para ambos os sexos: 87,74 anos para as mulheres e 81,64 para os homens, segundo dados divulgados em julho pelo Ministério da Saúde japonês.

Mulheres afegãs protestam contra uso da burca

"Não toquem nas minhas roupas" é o slogan da campanha que está se tornando viral nas redes sociais contra a imposição talibã do uso da burca. As mulheres publicam uma fotografia vestidas com roupas coloridas, explicando que esses vestidos é que são os trajes tradicionais afegãos.

A roupa tradicional afegã para mulheres inclui vestidos esvoaçantes coloridos que cobrem os tornozelos e pode também ter lenços cobrindo os cabelos.

É com esse estilo que as mulheres afegãs, em todo o mundo, se associaram a uma campanha online contra o uso da burca restaurada pelos talibãs.

O protesto na internet usa a linguagem das redes sociais, com hashtags e de seguida DoNotTouchMyClothes (NãoToquemNasMinhasRoupas). Essa frase combinada com a fotografia, cria uma corrente agregadora para todas as pessoas que quiserem se associar à causa.

A jornalista da BBC Sana Safi foi das primeiras mulheres a engrossar o protesto.

Há 20 anos, a burca conservadora foi imposta pelos talibãs durante esse período. Esse código de vestuário está de volta com a nova fase política do país.

A campanha #DoNotTouchMyClothes já se tornou viral nas redes sociais.

Centenas de tuítes de mulheres residentes tanto no Afeganistão quanto no estrangeiro têm partilhado fotografias vestidas com as roupas coloridas, em sinal de protesto contra a burca escura que cobre todo o rosto e corpo da mulher afegã.

SpaceX faz primeiro voo orbital civil da história

A primeira missão espacial totalmente civil terá sua janela de decolagem aberta ontem (15), às 21h (horário de Brasília), para orbitar a Terra a mais de 27 mil quilômetros por hora (km/h).

Essa velocidade possibilitará uma volta ao redor do planeta a cada 90 minutos, a bordo da Crew Dragon, cápsula desenvolvida pela SpaceX, empresa de foguetes do empresário Elon Musk.

Chamada de Inspiration4, a missão representa um grande passo para o turismo espacial. Ela terá, a bordo, quatro tripulantes e durará três dias. A expectativa é de que o ápice da aventura seja a uma altitude superior a 550 km.

A decolagem da Crew Dragon ocorrerá no Centro Espacial Kennedy, na Flórida, conduzida pelo Falcon 9, foguete reutilizável projetado e fabricado pela SpaceX para o "transporte confiável e seguro de pessoas e cargas úteis para a órbita da Terra e além".

Se tudo der certo, a Inspiration4 será a "primeira missão totalmente civil a orbitar" ao redor do planeta. Ao contrário do voo suborbital, que faz uma subida curva até uma certa altura para então retornar à Terra, o orbital requer uma velocidade bem superior, para ponto de, a exemplo de satélites artificiais - ou naturais, como a Lua -, atingir uma posição que possibilita à nave circular em volta do planeta.

UE anuncia criação de agência para orientar resposta a futuras pandemias

A União Europeia anunciou ontem, 15, a criação de uma nova autoridade biomédica para orientar a resposta a futuras pandemias.

O anúncio foi feito pela presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, durante o discurso anual do Estado da União, e sinaliza a preocupação do bloco europeu em evitar a repetição dos erros que dificultaram uma resposta precoce ao novo coronavírus.

A presidente do braço Executivo da UE disse que a Autoridade de Preparação e Resposta a Emergências de Saúde (Hera, na sigla em inglês) terá como objetivo "garantir que nenhum vírus volte a criar uma epidemia local numa pandemia global". A nova agência deverá ser o equivalente europeu de órgãos existentes em outros países que se concentram no desenvolvimento de vacinas e na preparação para pandemias, como é o caso da Autoridade de Investigação e Desenvolvimento Biomédico Avançado dos Estados Unidos (Barda).

O combate à pandemia recebeu uma atenção especial de von der Leyen durante o discurso. A presidente descreveu as discrepâncias de vacinação como uma das maiores questões geopolíticas da atualidade.

Com popularidade em baixa e pressionado, Johnson troca ministros no Reino Unido

O primeiro-ministro britânico, Boris Johnson, rebaixou seu chanceler e demitiu seu ministro da Educação em uma grande mudança de gabinete ontem. Com a iniciativa, o líder tenta superar uma série de erros políticos e reavivar sua promessa de "aumentar o nível" de prosperidade econômica em todo o Reino Unido.

Na maior mudança, Johnson destituiu o secretário de Relações Exteriores Dominic Raab, que enfrentou críticas por sua demora em retornar de um feriado na Grécia quando o Taleban assumiu o controle do Afeganistão no mês passado.

Raab passará a ser secretário da Justiça com o título adicional de vice-primeiro-ministro. Apesar do grande título, isso significa um rebaixamento - o vice não tem um papel constitucional formal.

A nova ministra das Relações Exteriores é a ex-secretária de Comércio Internacional Liz Truss, uma das favoritas das bases do Partido Conservador, que ganhou elogios por seu trabalho na negociação de acordos comerciais com a Austrália e o Japão desde que o Reino Unido deixou a União Europeia no ano passado. Truss, que é a segunda mulher a ocupar esse cargo no país, também permanecerá como ministra das Mulheres e Igualdade. Anne-Marie Trevelyan substituiu Truss como ministra do Comércio Internacional.

Não houve outras mudanças nos quatro primeiros cargos do gabinete, com Rishi Sunak permanecendo como chefe do Tesouro e Priti Patel como secretária do Interior. O secretário de Defesa Ben Wallace também manteve seu emprego. Ele foi elogiado por seu trabalho de supervisão na retirada de milhares de cidadãos britânicos e seus aliados afegãos de Cabul no mês passado.

O secretário de Saúde Sajid Javid, que tem um cargo importante na liderança da resposta à pandemia do Reino Unido, também permaneceu em seu posto.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676
Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

CONTEXTO JURÍDICO

Violência doméstica: CNJ é contra ampliação da competência de varas

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou nota técnica para se manifestar contra o Projeto de Lei 3.244/2020, que prevê a ampliação das competências das varas de violência de doméstica. Pelo texto, além de processar casos envolvendo agressões contra mulheres, os juizados passariam a analisar questões sobre partilha de bens e divórcios.

De acordo com a nota técnica do CNJ, em caso de aprovação da matéria pelo Congresso Nacional, a medida aumentará o volume de processos nessas varas e prejudicará a análise célere de medidas protetivas solicitadas contra os agressores.

Em março, a matéria foi aprovada pelo plenário do Senado e seguiu para tramitação na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados.

Segundo o CNJ, existem no país 139 varas exclusivas para julgamento de processos envolvendo a Lei Maria da Penha. Cerca de 1 milhão de processos tramitam nesses juízos.

Sancionada em 7 de agosto de 2006, a Lei Maria da Penha estabelece que todo o caso de violência doméstica e intrafamiliar é crime, deve ser apurado por inquérito policial e ser remetido ao Ministério Público. Esse tipo de crime é julgado nos juizados especializados de violência doméstica contra a mulher, ou, nas cidades em que ainda não existem, nas varas criminais.

A lei também tipifica as situações de violência doméstica, proíbe a aplicação de penas pecuniárias aos agressores, amplia a pena de um para até três anos de prisão e determina o encaminhamento das mulheres em situação de violência, assim como de seus dependentes, a programas e serviços de proteção e de assistência social.

2ª Turma determina fixação de nova pena para mulher condenada por descaminho em voo regular

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) determinou ao juízo da 11ª Vara Federal do Ceará que refaça a dosimetria da pena imposta a uma mulher condenada, com a aplicação de aumento de pena, pelo crime de descaminho, caracterizado pela burla ao pagamento de direito ou imposto pela entrada de mercadoria no país por transporte aéreo.

O entendimento da Turma foi de que a utilização de transporte regular no cometimento do crime minimiza a possibilidade de burlar o controle alfandegário e, por isso, afasta a incidência da causa de aumento de pena prevista no Código Penal. A decisão foi tomada nesta terça-feira (14), no julgamento de agravo regimental no Habeas Corpus (HC) 162553. Diante do empate, prevaleceu a decisão mais favorável à ré, nos termos do Regimento Interno do STF (artigo 150, parágrafo 3º).

Descaminho - A mulher foi flagrada durante fiscalização de rotina no Aeroporto Internacional Pinto Martins (CE), num voo doméstico procedente de Guarulhos (SP), transportando acessórios para celulares de procedência estrangeira, sem documentação fiscal ou comprovação de pagamento de tributos. O juízo de primeiro grau determinou a aplicação do parágrafo 3º do artigo 334 do Código Penal, que prevê a pena em dobro quando o crime é praticado em transporte aéreo, marítimo ou fluvial.

Ministro Fachin nega concessão de indulto a Paulo Maluf

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou o pedido de concessão de indulto humanitário feito pela defesa de Paulo Salim Maluf nos autos da Execução Penal (EP) 29.

O ex-governador e ex-prefeito de São Paulo cumpre penas impostas pelo Supremo em duas Ações Penais (AP 863 e 968), por lavagem de dinheiro e crime eleitoral, em prisão domiciliar humanitária, desde 2018.

Indulto - Sua defesa havia requerido a extinção da punibilidade do crime eleitoral referente à AP 968 pelo reconhecimento do direito ao indulto, nos termos do Decreto 10.590/2020, sob o argumento de que Maluf seria portador de doença grave e permanente prevista no decreto (paraplegia). O relator determinou a realização de exame por junta médica oficial e, de acordo com as informações prestadas, embora haja comprometimento funcional irreversível de locomoção em decorrência de doenças e do processo degenerativo de envelhecimento, Maluf, atualmente com 90 anos, não está paraplégico.

Tratamento - Fachin observou que o decreto exige, simultaneamente, patologia que limite severamente a atividade e exija cuidados contínuos que não possam ser prestados em estabelecimento de custódia, sendo que Maluf cumpre a pena em casa.

O ministro manteve, porém, o cumprimento da pena privativa de liberdade em residência particular, tendo em vista a necessidade de tratamento das enfermidades crônicas e das outras patologias.

STF aprimora ações de comunicação e busca interagir com novos públicos

Diferentes ações de comunicação foram implementadas no primeiro ano de gestão do ministro Luiz Fux na Presidência do Supremo Tribunal Federal (STF) visando propagar as informações sobre a Corte em diferentes meios e alcançar novos públicos.

As iniciativas abrangem a criação da política de comunicação do Tribunal, o lançamento do podcast "Supremo na semana", a abertura de contas oficiais nas redes sociais TikTok, Instagram e Facebook, bem como o desenvolvimento da série "#VerdadesdoSTF", para combater a desinformação envolvendo decisões da Corte e declarações de ministros.

Redes sociais - Em julho, o STF inovou ao divulgar seu perfil no TikTok, uma das redes sociais mais populares no momento em todo o mundo. O STF já havia lançado, em novembro de 2020, contas oficiais em duas das maiores redes sociais da atualidade: Facebook e Instagram. A medida seguiu diretriz da gestão do ministro Luiz Fux de conduzir o Tribunal a ser uma Corte constitucional 100% digital, com ênfase nas inovações tecnológicas.

Assim como no Twitter, rede social em que o STF está desde 2009 e conta com mais de 2,3 milhões de seguidores, as páginas do Supremo no Facebook e no Instagram trazem informações sobre o dia a dia da Corte, com as notícias mais relevantes sobre decisões e julgamentos, serviços, campanhas institucionais, história, curiosidades, entre outras, abrindo um novo patamar no relacionamento com a sociedade.

Ministra Rosa Weber suspende MP que dificultava remoção de conteúdo em redes sociais

A ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), deferiu medida cautelar em sete Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) para suspender, na íntegra, a eficácia da Medida Provisória (MP) 1.068/2021, que restringe a exclusão de conteúdo e de perfis de usuários das redes sociais. A ministra pediu a inclusão das ADIs 6991, 6992, 6993, 6994 6995, 6996 e 6998 em sessão virtual extraordinária, para que a decisão seja submetida a referendo do Plenário. A sessão foi agendada pelo presidente, ministro Luiz Fux, para os dias 16 e 17/9.

(Foto: STF)

A ministra pediu a inclusão das ações em sessão virtual extraordinária para que a decisão seja submetida a referendo do Plenário.

A MP, editada pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, altera dispositivos do Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014) e da Lei dos Direitos Autorais (Lei 9.610/1998). Os autores das ADIs são o Partido Socialista Brasileiro (PSB), o Solidariedade, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), o Partido dos Trabalhadores (PT), o Novo, o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Conselho Federal da OAB. Entre outros pontos, eles sustentam a ausência de relevância e de urgência que justifique a edição de medida provisória para promover alterações significativas no Marco Civil da Internet, em vigor há sete anos.

Garantias fundamentais - Na decisão, a ministra afirmou que os direitos fundamentais, sobretudo os atinentes às liberdades públicas, são pressupostos para o exercício do direito à cidadania e que a Constituição Federal (artigo 62, parágrafo 1º, alínea 'a') afasta a veiculação, por meio de medida provisória, de matérias atinentes a direitos e garantias fundamentais.

Para Rosa Weber, os direitos individuais visam, especialmente, à proteção dos cidadãos em relação aos arbítrios do Estado. Possibilitar ao presidente da República, chefe do Poder Executivo, a restrição de direitos fundamentais por meio de instrumento unilateral (a medida provisória), sem nenhuma participação ativa de representantes do povo e da sociedade civil, é, a seu ver, incompatível com o propósito de contenção do abuso estatal.

Ao refutar a alegação de que a MP, em vez de restringir, apenas disciplinaria o exercício dos direitos individuais nas redes sociais, maximizando sua proteção, a ministra ressaltou que toda conformação de direitos fundamentais implica, necessariamente, restringi-los. "A meu juízo, somente lei em sentido formal, oriunda do Congresso Nacional, pode fazê-lo, por questões atinentes à legitimidade democrática, por maior transparência, por qualidade deliberativa, por possibilidade de participação de atores da sociedade civil e pela reserva constitucional de lei congressual", afirmou.

A relatora destacou, ainda, que o Supremo já firmou entendimento de que os direitos fundamentais, sobretudo os atinentes às liberdades públicas, são pressupostos para o exercício do direito à cidadania, que "só pode ser exercida de forma livre, desinibida e responsável quando asseguradas determinadas posições jurídicas aos cidadãos em face do Estado".

STF envia processo de Eduardo Cunha para Justiça Eleitoral do Rio

(Foto: EBC)

Em março de 2017, o ex-parlamentar foi condenado a 15 anos e quatro meses de prisão pelo então juiz Moro, em regime fechado, pelos crimes de corrupção, lavagem de dinheiro e evasão de divisas.

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu terça-feira (14) enviar para a Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro um processo no qual o ex-deputado federal Eduardo Cunha foi condenado na Operação Lava Jato.

Os ministros entenderam que a 13ª Vara Federal em Curitiba, que foi comandada pelo ex-juiz Sergio Moro, não era competente para julgar o caso. Com a decisão do Supremo, caberá ao juiz eleitoral que receber o processo avaliar se mantém a condenação de Cunha e os demais atos processuais.

Em março de 2017, o ex-parlamentar foi condenado a 15 anos e quatro meses de prisão pelo então juiz Moro, em regime fechado, pelos crimes de corrupção, lavagem de dinheiro e evasão de divisas.

Conforme a sentença, o ex-deputado teria solicitado o pagamento de 1,3 milhão de francos suíços em propina para exploração da Petrobras em um campo de petróleo no Benin, na África, e recebeu o valor em uma conta na Suíça,

Em seguida, a defesa de Cunha recorreu à segunda instância da Justiça Federal, que reduziu a pena para 14 anos e seis meses de prisão.

Em nota, os advogados de Cunha afirmaram que a decisão do STF "corrige uma injustiça histórica". "A decisão da Suprema Corte corrige uma injustiça histórica, deixando claro que a Lava Jato atuou de forma abusiva e perseguiu Eduardo Cunha. O Supremo sana uma usurpação gravíssima efetuada pela 13ª Vara Federal de Curitiba e dá à Justiça Eleitoral a competência que sempre foi sua."

Lewandowski suspende últimas investigações da Lava Jato contra Lula

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu, terça-feira, 14, o andamento de duas investigações abertas contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a partir dos trabalhos da extinta Operação Lava Jato. Os processos correm hoje na 10ª Vara Federal Criminal de Brasília e investigam doações da Odebrecht ao Instituto Lula e a compra do terreno para sediar o instituto e de um apartamento em São Bernardo do Campo.

A liminar atende a um pedido da defesa do petista e vale até o tribunal tomar uma decisão definitiva sobre as investigações que atingem o ex-presidente.

Em abril, o próprio STF declarou a Justiça de Curitiba incompetente para processar e julgar as acusações da Lava Jato contra Lula, anulando suas condenações e jogando os processos pendentes de volta à estaca zero. Menos de dois meses depois, a Corte concluiu que o ex-juiz Sérgio Moro foi parcial ao condenar o petista no caso do triplex no Guarujá - outras ações ainda podem ser atingidas caso os ministros confirmem a decisão individual de Gilmar Mendes que estendeu os efeitos da declaração de suspeição aos demais processos abertos na Lava Jato contra o ex-presidente. Os advogados Cristiano Zanin e Valeska Martins, que representam o petista, acionaram o STF na semana passada pedindo que a tramitação das investigações fosse suspensa e acusaram o Ministério Público Federal de tentar reaproveitar parte do material invalidado pela decisão anulou os atos processuais da 13ª Vara Federal de Curitiba.

Em sua decisão, Lewandowski apontou risco de "dano processual irreparável" na tramitação dos processos. Além de barrar novas diligências, a liminar impede o uso de apurações anteriores contra o petista.

1ª Turma do STF afasta competência do Júri em crime de remoção ilegal de órgãos com morte

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) afastou a competência do Tribunal do Júri para julgar crime de remoção ilegal de órgãos com resultado morte. Em decisão majoritária, terça-feira (14), os ministros deram provimento ao Recurso Extraordinário (RE) 1313494, interposto pelo Ministério Público de Minas Gerais (MP-MG), com repercussão geral reconhecida, e restabeleceram sentença condenatória contra três médicos da Santa Casa de Misericórdia de Poços de Caldas (MG).

Comércio ilegal - Após cair de uma altura de 10 metros, um menino de 10 anos foi levado à Santa Casa, e, durante cirurgia, com ele ainda vivo, foram retirados seus dois rins, visando ao comércio ilegal de órgãos. Os médicos foram denunciados pela suposta prática de crime de remoção ilegal de órgãos, previsto na Lei de Transplantes (Lei 9.434/1997, artigo 14, parágrafo 4º), em razão do suposto homicídio da criança.

Crime contra a vida - A Justiça de 1ª instância os condenou, mas, ao analisar recurso da defesa, o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJ-MG) declarou a nulidade da sentença. Segundo o TJ, os fatos indicariam a prática de crime doloso contra a vida, de competência do Tribunal do Júri, motivo pelo qual determinou, de ofício, a remessa do processo ao Júri.

No RE, o MP-MG sustentou que os médicos prestavam atendimento negligente ou aceleravam a morte de pacientes a fim de remover seus órgãos para transplantá-los em terceiros, em desacordo com a lei. Com fundamento em violação ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, pediu ao Supremo o restabelecimento da sentença condenatória.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676
Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

LEIS & PROJETOS

Senado devolve MP que dificulta exclusão de conteúdos de redes sociais

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), anunciou no início da noite de terça-feira (14) a devolução da Medida Provisória (MP) 1.068/2021. A MP, editada pelo governo no dia 6 de setembro, alterava regras de moderação de conteúdo e de perfis em redes sociais, criando obstáculos para os moderadores de tais ferramentas excluírem os conteúdos que julgarem falsos, por exemplo. Pacheco leu no plenário o Ato de Devolução da Medida Provisória e citou mais de um motivo para rejeitar o texto editado pelo presidente da República. Segundo Pacheco, a MP trata de assuntos que, por previsão constitucional, não podem ser tratados por tal instrumento legal. Segundo o presidente do Senado, a MP tratava de questões relativas ao exercício de direitos políticos, à liberdade de expressão, comunicação e manifestação de pensamento. Essas são, segundo ele, "matérias absolutamente vedadas de regramento por meio do instrumento da medida provisória, conforme expressamente previsto na Constituição Federal".

A Constituição também veda, segundo explicou o presidente da Casa, o tratamento, por medida provisória, de disposições que impactem diretamente no processo eleitoral, algo que a MP 1.068/2021 também faz.

(Foto: EBC)

Pacheco leu no plenário o Ato de Devolução da Medida Provisória e citou mais de um motivo para rejeitar o texto editado pelo presidente da República.

Nesse caso, a MP vedava aos provedores de redes sociais a adoção de critérios de moderação ou limitação do alcance da divulgação de conteúdo que "impliquem censura de ordem política, ideológica, científica, artística ou religiosa".

Além disso, Pacheco afirmou que o tema é alvo de debates no Congresso Nacional, com a discussão do Projeto de Lei (PL) 2.630/20. O projeto, que visa combater a disseminação de notícias falsas em redes sociais, foi aprovado no Senado e está em debate na Câmara. Na visão de Pacheco, o PL trata de "uma matéria de alta complexidade técnica e elevada sensibilidade jurídico-constitucional para o qual o Congresso Nacional já está direcionando seu esforço analítico e deliberativo".

"Foi encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República a mensagem, que rejeita sumariamente e devolve a Medida Provisória nº 1.068, de 2021", leu Pacheco em plenário.

O presidente do Senado recebeu elogios de vários de seus pares. Antonio Anastasia (PSD-MG), por exemplo, acrescentou que os pareceres da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e do próprio Procurador-Geral da República, Augusto Aras, motivariam a queda dos efeitos da MP pelas vias jurídicas caso o presidente do Senado não tivesse se pronunciado.

Senado aprova proposta que altera legislação sobre inelegibilidade

(Foto: Senado)

Com relatoria do senador Marcelo Castro, projeto permite que gestores públicos que foram punidos apenas com multa por irregularidades nas contas, não fiquem inelegíveis. Proposta vai a sanção.

Detentores de cargos ou funções públicas cujas contas foram julgadas irregulares, mas sem dano ao erário público e punidos apenas com multa, não ficarão mais inelegíveis, de acordo com o Projeto de Lei Complementar (PLP) 9/2021. Na forma do relatório do senador Marcelo Castro (MDB-PI), o projeto foi aprovado em Plenário terça-feira (14) com 49 votos a favor e 24 contrários. Como não houve modificações de mérito em relação ao texto aprovado na Câmara dos Deputados em 24 de junho, o PLP segue para sanção presidencial.

Atualmente, a questão é regida pela Lei Complementar nº 64, de 1990 (Lei da Inelegibilidade), que veda por oito anos a eleição, para qualquer cargo, do gestor cujas contas no exercício de cargos ou funções públicas foram julgadas, em decisão irrecorrível, "por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa". O item abrange todos os ordenadores de despesa, e prevê o controle externo desses agentes pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

De autoria do deputado Lucio Mosquini (MDB-RO), o projeto flexibiliza a norma atual, sob a alegação de que a Justiça Eleitoral vem dando decisões contraditórias na autorização de candidaturas sob a norma vigente. Ele acrescenta que a sanção por multa tem sido aplicada a pequenas infrações que não chegariam a justificar a inelegibilidade.

O projeto foi submetido ao Plenário do Senado depois de dois adiamentos, pois já tinha sido pautado nas sessões de 26 de agosto e 8 de setembro.

Deputados cobram mudança na política de preços dos combustíveis da Petrobras

Deputados de diversos partidos cobraram terça-feira (14) mudança na política de preços de combustíveis da Petrobras, que desde 2016 acompanha a variação do valor do barril de petróleo no mercado internacional e do dólar. É a chamada política de paridade internacional (PPI). O assunto foi discutido com o presidente da estatal, Joaquim Silva e Luna, em comissão geral no Plenário da Câmara dos Deputados.

De acordo com o IBGE, a gasolina acumula alta de preço de 31,1% entre janeiro e agosto, contra uma inflação geral de 5,7% (IPCA). O diesel e gás de cozinha (GLP) também concentram altas (28% e 23,8%, respectivamente). O valor dos combustíveis impacta a geração das usinas termelétricas movidas a gás natural e óleo diesel.

"Temos de ter uma política de preço capaz de não aviltar a situação das famílias do País", disse o deputado Danilo Forte (PSDB-CE), autor do requerimento para a realização do debate. Para ele, a regra atual prejudica o País, que vive uma tripla crise (energética, econômica e sanitária). "A lógica do preço internacional é um fracasso para o Brasil", reforçou o deputado Bohn Gass (PT-RS).

(Foto: Câmara)

Danilo Forte: regra atual prejudica orçamento das famílias.

Mesmo entre governistas, houve questionamentos. O deputado Cacá Leão (PP-BA) defendeu que a companhia reveja sua posição.

"Pergunto se não chegou a hora da Petrobras, uma empresa que lucrou cerca de R$ 43 bilhões [2° trimestre de 2021], fazer um encontro de contas com o povo brasileiro", afirmou Leão.

O deputado Igor Timo (Pode-MG) propôs que a companhia divulgue a fórmula que usa para reajustar o preço dos combustíveis. "Ela não deveria ser pública?", perguntou.

Senado aprova distribuição de absorventes para mulheres de baixa renda

O Senado aprovou terça-feira (14) um projeto de Lei (PL) que prevê a distribuição gratuita de absorventes para estudantes de baixa renda da rede pública e para mulheres em situação de rua ou de vulnerabilidade social. O texto já havia passado pela Câmara e foi aprovado sem alterações. Agora, vai à sanção.

O projeto visa promover uma estratégia de saúde e atenção à higiene, combatendo a precariedade menstrual - a falta de acesso a produtos de higiene e a outros itens necessários ao período da menstruação feminina.

Itens específicos dessa política, como critérios de quantidade e forma da oferta gratuita de absorventes, serão definidos em regulamento posterior. Os recursos serão da União disponibilizados ao Sistema Único de Saúde (SUS). No caso das mulheres apreendidas e presidiárias, a verba será disponibilizada pelo Fundo Penitenciário Nacional.

Serão contempladas as mulheres em idade reprodutiva inscritas no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico), além de mulheres em situação de rua, independente de cadastro.

"Isso eu considero uma urgência. Isso é uma promoção à saúde e uma promoção à educação, já que a cada quatro crianças uma não frequenta as aulas durante o período menstrual porque não tem absorvente", disse a relatora do projeto no Senado, Zenaide Maia (PROS-RN).

Projeto proíbe bancos de cobrar tarifa de Pix realizado por pessoas naturais e MEIs

O Projeto de Lei 1987/21 proíbe os bancos de cobrar tarifa de pessoas naturais e microempreendedores individuais (MEIs) para uso do Pix, seja nas operações de pagamento ou de recebimento de valores, sob qualquer modalidade (compra ou transferência). O texto tramita na Câmara dos Deputados.

A proposta é do deputado Júnior Mano (PL-CE) e altera a Lei 12.865/13, que trata dos arranjos de pagamento no sistema financeiro, entre outros assuntos.

Atualmente, as regras tarifárias do Pix estão definidas em uma resolução do Banco Central. A norma permite que os bancos cobrem tarifa dos clientes pessoa natural ou MEI nos casos de recebimento de recursos, com a finalidade de compra. Nas demais situações, o serviço é gratuito.

Para Júnior Mano, a isenção tarifária deve ser aplicada em qualquer caso, pois as transferências referem-se quase sempre a valores baixos. "Devemos nos lembrar de que estamos tratando de cidadãos brasileiros, muitas vezes desempregados, que utilizam o sistema para receber suas vendas de itens de pequeno valor", disse.

Tramitação -O projeto será analisado em caráter conclusivo pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ).

Proposta inclui sustentabilidade da dívida pública entre objetivos do Banco Central

O Projeto de Lei Complementar (PLP) 76/21 acrescenta a sustentabilidade da dívida pública entre os objetivos fundamentais do Banco Central (BC). O texto tramita na Câmara dos Deputados. A proposta é do deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA) e altera a lei que deu autonomia operacional ao BC, em vigor desde fevereiro (Lei Complementar 179/21). Hoje, a lei prevê um único objetivo fundamental para o BC, que é assegurar a estabilidade de preços (controle da inflação).

Mendonça Júnior afirma que a política monetária seguida pelo BC tem impacto direto sobre a política fiscal do governo, e vice-versa. Essa situação, segundo ele, reforça o argumento de que ambas devem ter a mesma importância para a autoridade monetária.

A associação entre as duas políticas fará com que o BC tenha "maior prudência na mensuração da taxa de juros a ser adotada", afirma o deputado.

Projeto prevê suspensão do porte de arma de fogo para guarda municipal apenas após sentença penal definitiva

O Projeto de Lei 2070/21 determina que os guardas municipais somente terão o direito ao porte de arma de fogo suspenso após o trânsito em julgado de sentença penal condenatória ou em razão de restrição médica.

Em análise na Câmara dos Deputados, o texto altera o Estatuto Geral das Guardas Municipais Lei, que hoje prevê a suspensão em razão de restrição médica, decisão judicial ou justificativa da adoção da medida pelo respectivo dirigente. Autor da proposta, o deputado Nereu Crispim (PSL-RS) ressalta que a Constituição estabelece que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória. "Toda a legislação infraconstitucional, portanto, deverá absolver e obedecer a esse princípio", diz.

"Nesse sentido, não se pode admitir a suspensão ou perda do direito ao porte de arma de fogo dos guardas municipais sem que haja decisão judicial condenatória transitada em julgado", completa.

Projeto permite a municípios requerer itens de acervo sob a guarda da Fundação Joaquim Nabuco

O Projeto de Lei 1427/21 permite que municípios e instituições que comprovem ter relações diretas com a origem de itens do acervo da Fundação Joaquim Nabuco requeiram sua guarda e manutenção. A proposta, do deputado Christino Aureo (PP-RJ), tramita na Câmara dos Deputados. O texto acrescenta a possibilidade à Lei 6.456/77, que transferiu em 1977 o Museu do Açúcar do Instituto do Açúcar e do Álcool para a Fundação Joaquim Nabuco, que é vinculada ao Ministério da Educação e tem sede no Recife (PE).

Christino Aureo argumenta que elementos materiais e imateriais que falem sobre a história de uma região geográfica devem primeiro cumprir seu papel de dar identidade a um povo ou sociedade. Por isso, ele defende que municípios requeiram itens com os quais tenham ligação.

"O acervo do Museu do Açúcar contém muitos desses elementos formadores de identidade, como a pedra mó, um dos objetos herdados pela Fundação Joaquim Nabuco. Esse elemento material pertenceu ao Engenho Vila da Rainha, fundado por Pero de Góis em 1545, território pertencente hoje aos municípios de Campos dos Goytacazes e São João da Barra, no estado do Rio de Janeiro", exemplifica o parlamentar.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676
Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

GERAL

Cidade de SP passa a usar só a Pfizer na dose de reforço para idosos

A capital paulista passou a aplicar exclusivamente a vacina contra a covid-19 da Pfizer como dose de reforço em idosos desde ontem, 15. O imunizante é o recomendado pelo Ministério da Saúde para a injeção extra, mas não vinha sendo aplicado pela Prefeitura neste grupo.

O uso de produtos de diferentes farmacêuticas é seguro e defendido por especialistas para aumentar a proteção nos grupos mais vulneráveis, em que a proteção garantida pela vacina diminui com o tempo.

Em São Paulo, as doses de reforço aplicadas até agora são da Coronavac, o que segue a orientação do governo paulista. O ministério, porém, excluiu a vacina do Instituto Butantan da lista de opções para a terceira dose em idosos e imunossuprimidos, diante de evidências científicas de que a Coronavac não era a melhor opção para o reforço vacinal. A imunização de reforço começou no dia 6 de setembro na cidade de São Paulo. Conforme o cronograma de vacinação, idosos acima de 85 anos que tenham sido vacinados com a segunda dose ou dose única há mais de seis meses estão elegíveis para receber o reforço na capital. Na semana passada, foi imunizado o público com mais de 90 anos. A proteção adicional contra o coronavírus foi acelerada em um cenário de preocupação com a variante Delta, mais transmissível, que já é predominante na cidade.

Nesta quarta, é prevista a chegada de 340 mil doses da vacina da Pfizer à cidade de São Paulo. O lote terá de ser suficiente para abastecer as Unidades Básicas de Saúde (UBSs) que passam a destinar o imunizante a três grupos distintos:

- Idosos elegíveis para dose de reforço;
- Primeira dose para adolescentes;
- Segunda dose para pessoas que tomaram Pfizer;
- Segunda dose para pessoas que tomaram AstraZeneca.

O Estado de São Paulo ainda enfrenta desabastecimento da segunda dose vacina AstraZeneca. Para evitar atrasos na imunização, os postos de saúde têm utilizado a Pfizer como a segunda aplicação - o que também é defendido pelos especialistas.

A Prefeitura não cita risco de faltar vacina da Pfizer no município, apesar da alta demanda pelo imunizante.

Ex-bolsonarista aciona Conselho de Ética contra Eduardo Bolsonaro por ameaça

Ex-aliada do governo, a deputada federal Dayane Pimentel (PSL-BA) entrou terça-feira, 14, com uma representação no Conselho de Ética da Câmara contra o também deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) pedindo que ele responda a um processo administrativo por publicações contra ela nas redes sociais. A parlamentar diz que está sendo 'ameaçada' e 'perseguida' pelo filho do presidente Jair Bolsonaro (sem partido). "Desde que a sra. Dayane Pimentel deixou de apoiar o governo do Presidente Jair Bolsonaro, o Deputado Federal Eduardo Bolsonaro, ora Representado, vem perseguindo a Representante, de forma a intimidá-la e temer pela sua integridade física e moral, máxime diante de tanta violência que se encontra lamentavelmente no cenário político hodierno", diz um trecho da representação. Dayane imputa ao deputado quebra de decoro parlamentar por violação ao trecho do Código de Ética da Câmara que prevê como dever fundamental dos deputados "tratar com respeito e independência os colegas". Ela também afirma que Eduardo Bolsonaro cometeu os crimes de stalking (perseguição) e dano emocional à mulher, incluídos recentemente no Código Penal. "A deputada federal se sente extremamente ameaçada e assustada, pois, repise-se à exaustão, um deputado que correntemente incita o ódio na política brasileira, com forte influência perante os seus seguidores - que, diga-se, são milhões -, o persegue nas redes sociais, transbordando, pois, aos limites concedidos pelas prerrogativas parlamentares ou liberdade de expressão", segue a parlamentar.

'Bolsonaro ameaça pilares da democracia', afirma ONG Human Rights Watch

"O presidente Jair Bolsonaro está ameaçando os pilares da democracia brasileira", assim começa um documento publicado ontem 15, pela organização não governamental Human Rights Watch (HRW). Para a entidade, os discursos recentes do presidente "fazem parte de um padrão de ações e declarações" que "parecem destinadas a enfraquecer os direitos fundamentais, as instituições democráticas e o Estado de Direito no Brasil", aponta a ONG.

O texto, divulgado na data em que se comemora o Dia da Democracia, cita que nas últimas semanas o chefe do Executivo buscou intimidar o Supremo Tribunal Federal (STF), além de ameaçar a realização das eleições de 2022.

O discurso feito por Bolsonaro no 7 de Setembro diante de apoiadores na Avenida Paulista também é mencionado no documento, que destaca ainda que o presidente da República "viola a liberdade de expressão daqueles que o criticam".

'Apologista da ditadura militar' - Para o diretor da Human Rights Watch das Américas, José Miguel Vivanco, Bolsonaro é "um apologista da ditadura militar no Brasil, está cada vez mais hostil ao sistema democrático de freios e contrapesos". "Ele está usando uma mistura de insultos e ameaças para intimidar a Suprema Corte, responsável por conduzir as investigações sobre sua conduta, e com suas alegações infundadas de fraude eleitoral parece estar preparando as bases para tentar cancelar as eleições do próximo ano ou contestar a decisão da população se ele não for reeleito." Ao longo do documento, a Human Rights Watch cita datas, eventos e declarações de Bolsonaro sobre fraude nas eleições, disseminação de fake news sobre o sistema eleitoral e a tentativa barrada pelo STF de suspender a lei de acesso à informação.

Ataques ao STF - O texto cita nominalmente o ministro Alexandre de Moraes, do STF, um dos principais alvos do presidente e de seus apoiadores nas últimas semanas. Desde outubro do ano passado, o magistrado é o relator do inquérito sobre interferência na Polícia Federal.

Também lembra que, em 4 de agosto, Moraes determinou a instauração de uma investigação sobre o Bolsonaro por suas alegações sem provas sobre fraude eleitoral e que, como resposta, o presidente encaminhou ao Senado um pedido de impeachment do ministro - que foi rejeitado no Senado -, algo inédito desde que a democracia foi restaurada no Brasil em 1985.

"O Supremo Tribunal Federal tornou-se um dos principais freios das políticas anti-direitos humanos do presidente Bolsonaro, como por exemplo, seu esforço para, na prática, suspender a lei de acesso à informação. Em vez de respeitar a independência do sistema judiciário, o presidente tem respondido com insultos e ameaças", aponta o texto. "As ameaças do presidente Bolsonaro de cancelar as eleições e agir fora da constituição em resposta às investigações contra ele são imprudentes e perigosas", avalia Vivanco, que diz que a "comunidade internacional deve mandar uma mensagem clara" ao presidente brasileiro "de que a independência do Judiciário significa que os tribunais não estão sujeitos às suas ordens".

Doença "urina preta" pode estar relacionada a consumo de frutos do mar

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) divulgou uma nota na qual alerta sobre uma possível relação entre os casos de doença de Half, conhecida como "urina preta", observados este ano no Brasil, e o consumo de peixes, mariscos e crustáceos sem o selo dos órgãos de inspeção oficiais. De acordo com a pasta, todos os casos notificados e em investigação estão sendo acompanhados por epidemiologistas do Ministério da Saúde, em cooperação com os Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária (LFDA) e o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC).

(Foto: EBC)

De acordo com a pasta, todos os casos notificados e em investigação estão sendo acompanhados por epidemiologistas do Ministério da Saúde.

A doença de Haff apresenta como sintomas rigidez muscular frequentemente associada ao aparecimento de urina escura, que resulta de insuficiência renal. Ela se constitui em um tipo de rabdomiólise, nome dado para designar uma síndrome que gera a destruição de fibras musculares esqueléticas e libera elementos de dentro das fibras - como eletrólitos, mioglobinas e proteínas - no sangue.

A nota do Mapa informa que os primeiros sinais e sintomas podem se manifestar nas 24 horas após o consumo de peixe cozido, lagostim e outros frutos do mar contaminados. "A enfermidade é considerada emergente, e, por ter origem desconhecida, enquadra-se como evento de saúde pública (ESP), sendo considerada de notificação compulsória", diz a nota.

Ainda segundo o ministério, os primeiros casos de doença de Half registrados no Brasil foram em 2008, com consumo de espécies de água doce como o Pacu (Mylossoma spp), tambaqui (Colossoma macropomum) e pirapitinga (Piaractus brachypomus), bem como em peixes de água salgada, como a arabaiana/olho-de-boi (Seriola spp) e badejo (Mycteroperca spp). Foram também registrados casos em 2016 e, agora, em 2021.

Governo de São Paulo atualiza as medidas de combate à covid-19

O governo do Estado de São Paulo detalha, em coletiva de imprensa, as medidas de combate ao coronavírus. Butantan entrega 5,1 milhões de doses da Coronavac ontem, 15. Com o novo lote, o instituto conclui a entrega das 100 milhões de doses contratadas pelo Ministério da Saúde. O governador João Doria afirmou que as doses de Coronavac suspensas pela Anvisa serão substituídas por vacinas produzidas em um laboratório da Sinovac já inspecionado pela agência reguladora. A informação já tinha sido divulgada por Doria na terça, 14. Dimas Covas, diretor do Butantan, disse esperar que o uso da Coronavac seja ampliado para públicos mais jovens. "Crianças estão sendo vacinadas no Chile, na África do Sul e na Indonésia. Em breve, esperamos vacinar crianças aqui também", afirmou. Covas falou ainda que dados do Ministério da Saúde mostram que o número de mortes entre idosos com mais de 70 anos caiu 88% no Brasil. "A maior parte dos idosos nessa faixa etária tomou Coronavac", disse o diretor do Butantan.

PUBLICIDADE LEGAL

NK 127 Empreendimentos e Participações S.A.

(em organização)

Ata da Assembleia Geral de Constituição em 27/05/2021

Data, Hora e Local: Aos 27/05/2021 às 15h20 em São Paulo/SP. **Quórum de Instalação:** verificou-se a presença dos Acionistas Fundadores da Sociedade conforme boletins de subscrição e lista de presença. **Mesa:** Presidente: Leonardo Luis do Carmo, Secretária: Cristina da Silva de Camargo. **Ordem do Dia e Deliberações:** (a) constituir a **NK 127 Empreendimentos e Participações S.A.**, sociedade por ações com sede em São Paulo/SP, na Alameda Santos, 1.293, 4º andar, CEP 01419-904; **(b)** fixar o capital social da Companhia em R$100,00 dividido em 100 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R$1,00 cada ação, totalmente subscritas e parcialmente integralizadas, nesta data, conforme boletins de subscrição. **(c)** aprovar, sem qualquer ressalva, o Estatuto Social da Companhia, que passa a fazer parte integrante da presente ata; **(d)** aprovar, nos termos, do §1º art. 130 da Lei nº 6.404/76, lavrar a ata desta assembleia em forma de sumário; **(e)** eleger as pessoas abaixo qualificadas para compor a Diretoria com mandato anual que vigorará até a posse dos eleitos pela AGO de 2022. **Diretores: Leonardo Luis do Carmo,** para o cargo de diretor e **Cristina da Silva de Camargo,** para o cargo de diretora. Os membros da Diretoria ora eleitos declararam ter ciência do disposto no artigo 147 da Lei nº 6.404/76, não tendo sido condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 27/05/2021. Leonardo Luis do Carmo - Presidente da Assembleia e diretor eleito, Cristina da Silva de Camargo - Secretária da Assembleia e diretora eleita. Advogado: Gabriel Silva Loschiavo dos Santos OAB/SP nº 346.683. JUCESP nº 3530057185-1 em 28/06/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

NK 124 Empreendimentos e Participações S.A.

(em organização)

Ata da Assembleia Geral de Constituição em 27/05/2021

Data, Hora e Local: Aos 27/05/2021 às 15h20 em São Paulo/SP. **Quórum de Instalação:** verificou-se a presença dos Acionistas Fundadores da Sociedade conforme boletins de subscrição e lista de presença. **Mesa:** Presidente: Leonardo Luis do Carmo, Secretária: Cristina da Silva de Camargo. **Ordem do Dia e Deliberações:** (a) constituir a **NK 124 Empreendimentos e Participações S.A.**, sociedade por ações com sede em São Paulo/SP, na Alameda Santos, 1.293, 4º andar, CEP 01419-904; **(b)** fixar o capital social da Companhia em R$100,00 dividido em 100 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R$1,00 cada ação, totalmente subscritas e parcialmente integralizadas, nesta data, conforme boletins de subscrição. **(c)** aprovar, sem qualquer ressalva, o Estatuto Social da Companhia, que passa a fazer parte integrante da presente ata; **(d)** aprovar, nos termos, do §1º art. 130 da Lei nº 6.404/76, lavrar a ata desta assembleia em forma de sumário; **(e)** eleger as pessoas abaixo qualificadas para compor a Diretoria com mandato anual que vigorará até a posse dos eleitos pela AGO de 2022. **Diretores: Leonardo Luis do Carmo,** para o cargo de diretor e **Cristina da Silva de Camargo,** para o cargo de diretora. Os membros da Diretoria ora eleitos declararam ter ciência do disposto no artigo 147 da Lei nº 6.404/76, não tendo sido condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 27/05/2021. Leonardo Luis do Carmo - Presidente da Assembleia e diretor eleito, Cristina da Silva de Camargo - Secretária da Assembleia e diretora eleita. Advogado: Gabriel Silva Loschiavo dos Santos OAB/SP nº 346.683. JUCESP nº 3530057185-1 em 28/06/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Paramount Têxteis Indústria e Comércio S.A.

Companhia Fechada - CNPJ/ME 61.565.222/0001-46

Aviso aos Acionistas - Pagamento de Juros Remuneratórios sobre o Capital Próprio

Comunicamos aos Srs. Acionistas que, a partir de 28/09/2021, iniciaremos o pagamento de juros sobre o capital próprio abaixo discriminados, conforme deliberado na reunião conjunta do Conselho de Administração e Diretoria realizada em 30/06/2021. **1. Juros Remuneratórios sobre o Capital Próprio.** R$ 4,12 (quatro reais e doze centavos) por lote de 1.000 (mil) ações ordinárias e preferenciais representativas da totalidade do Capital Social de R$ 72.459.917,00 (setenta e dois milhões, quatrocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e dezessete reais), a título de juros remuneratórios sobre o capital próprio, no montante bruto de R$ 1.460.578,88 (um milhão, quatrocentos e sessenta mil, quinhentos e setenta e oito reais e oitenta e oito centavos). **2. Instruções Quanto aos Créditos. a)** Os Acionistas terão seus créditos disponíveis na data de início do pagamento desse direito, de acordo com a conta-corrente e domicílio bancário fornecidos ao Banco Itaú S.A. - Instituição Depositária de Ações. **b)** Os Acionistas com cadastro desatualizado terão seus valores creditados a partir do 3º dia útil após a efetivação da respectiva atualização nos arquivos eletrônicos do referido Banco. **c)** Os Acionistas que eventualmente ainda detenham certificados representativos de ações ao portador, deverão apresentá-los para conversão de suas ações para a forma escritural, conforme Lei nº 8.021/90. **3. Local de Atendimento**. Serviço de Atendimento a Acionistas do Banco Itaú S.A., no horário bancário, sito à Rua Boa Vista nº 185, 6º andar - São Paulo/SP - CEP 01092-900, ou qualquer outra agência especializada no atendimento a acionistas. São Paulo, 15 de setembro de 2021.

Luiz Arthur Pacheco de Castro - Diretor de Relações com Investidores

ORLI AGROPECUÁRIA E COMÉRCIO LTDA.

CNPJ sob nº 56.306.616/0001-40 2 – NIRE 35203825496

Edital de Convocação

Convocamos as sócias da **Orli Agropecuária e Comércio Ltda.**, a reunirem-se em Reunião de Sócias, a realizar-se no dia 01 de outubro de 2021, às 14:30 horas, no endereço situado na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1811 – 5º andar – conjunto 518, Jardim Paulistano – São Paulo-SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Análise e aprovação das avaliações dos bens patrimoniais da Orli Agropecuária e Comércio Ltda.; b) Outros assuntos de interesse geral. A matéria a ser discutida encontra-se à disposição dos sócios para análise no Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1811 – 5º andar, cjs 504 a 511, Jardim Paulistano – São Paulo – SP. A Assembléia instalar-se-á em primeira convocação, com a presença de todos os sócios com direito a voto e em segunda convocação, 1 (uma) hora após, com qualquer quórum presente na reunião. São Paulo/SP, 13 de setembro de 2021. Luzia Angelina Marino Orsolon - Sócia Administradora; Lise Regina Frigori Marino Millan - Sócia Administradora. (16, 17, 18)

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0157868-23.2009.8.26.0100. A MMa. Juíza de Direito da 29ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dra. LAURA DE MATTOS ALMEIDA, na forma da Lei, etc. A Dra. LAURA DE MATTOS ALMEIDA, Juíza de Direito da 29ª Vara Cível do Fórum Central da Capital-SP, na forma da Lei, etc.. **Faz Saber** a **MIQUEIAS PINTO**, CPF nº.056.392.908-11 que COOPMIL - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS POLICIAIS MILITARES E SERVIDORES DA SECRETARIA DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO, ajuizou uma ação de Execução, para cobrança de R$12.984,53 VALOR ATUALIZADO EM JUNHO/2009, que deverá ser atualizado na data do efetivo pagamento. Estando o executado em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 03 dias, pague o débito atualizado ou reconheça o crédito da exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários fixados em 10%, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais atualizadas, ficando advertido que poderá ajuizar embargos a execução no prazo de 15 dias, prazos estes que começarão a fluir após os 20 dias supra, sob pena de penhora, presumindo-se aceitos os fatos. Será o edital, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 27/08/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Chamada Pública 04/2021 - SEMSA

Objeto: Gestão dos equipamentos de urgência e emergência 24 horas – Unidade de Pronto Atendimento (UPA), Centro de Saúde (CS 24 horas) e Centro de Saúde Infantil (CSI 24 horas), por entidade de direito sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social no município de Itaquaquecetuba – Julgamento dos documentos de habilitação: A Comissão julgadora, decide julgar INABILITADAS as empresas INSTITUTO DE GESTÃO DO ESTADO SÃO PAULO (IGESP), INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA E SAÚDE (INTS), ORGANIZAÇÃO SOCIAL BENEFICENTE CRISTÃ DE ASSISTÊNCIA SOCIAL A SAÚDE E EDUCAÇÃO – ORGANIZAÇÃO MÃOS AMIGAS e IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. Os resultados apresentados foram obtidos seguindo os critérios solicitados no Edital nº 05/2021 (edital revisado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo), item 07 págs. 06, 07, 08 e 09 que trata dos Documentos de Habilitação.

A Comissão Julgadora

Itaquaquecetuba, 15 de setembro de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 004/2021 - PROCESSO Nº 781/2021

HOMOLOGAÇÃO

O Município de Araçatuba TORNA PÚBLICO a todos os interessados, que a licitação supra, de MENOR PREÇO GLOBAL, destinada à "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE REFORMA E ADEQUAÇÃO DA EMEB ERMELINDA GERALDA DA SILVA SOGA", foi homologada e adjudicada pelo Sr. Prefeito Municipal, DILADOR BORGES DAMASCENO, o objeto à empresa:

– DWJ ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - ME, no valor de R$ 2.340.118,99 (dois milhões e trezentos e quarenta mil e cento e dezoito reais e noventa e nove centavos).

GABINETE DO PREFEITO - Araçatuba, 10 de setembro de 2021.
DILADOR BORGES DAMASCENO - PREFEITO MUNICIPAL

TOMADA DE PREÇOS Nº 014/2021 - PROCESSO Nº 1.338/2021

COMUNICADO

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO nomeada através da Portaria GP Nº 006/2021, TORNA PÚBLICO, aos interessados que, decorrido os prazos legais nos termos do artigo 109, parágrafo terceiro, da Lei 8666/93, não houve interposição de recurso da fase HABILITAÇÃO da licitação supra, cujo objeto é a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PARA CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO E DA BASE DA BALANÇA DE PESAGEM DO ATERRO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA".

Na oportunidade comunica às empresas habilitadas, a saber: ALINE CRISTINA BIBIANO MANOEL-ME e DWJ ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA-ME, que a abertura do Envelope nº 02 - Proposta de Preços, dar-se-á, **às 09h00min do dia 20/09/2021 na sala de licitação do Paço Municipal,** Rua Coelho Neto, 73 - Araçatuba-SP.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DLC, Araçatuba, 15 de setembro de 2021.
CLAUDIR SANTOS LIMA - Divisão de Licitação e Contratos

Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de São Paulo - PRODAM-SP S/A

CNPJ nº 43.076.702/0001-61 - NIRE MATRIZ nº 35300036824

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07.002/2021 - SEI Nº 7010.2021.0005602-7 CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SOFTWARE DA AUTODESK - AEC COLLECTION (*SINGLE-USER ELD ANNUAL SUBSCRIPTION*) E SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA SUSTENTAÇÃO DAS SOLUÇÕES DESENVOLVIDAS A PARTIR DESTES SOFTWARES.

O Pregoeiro designado pelo Sr. Diretor de Administração e Finanças e pelo Sr. Diretor de Inovação e Arquitetura Organizacional da **EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - PRODAM-SP S/A.** no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, comunica a decisão de **DECLARAR FRACASSADO O CERTAME** acima referenciado, nos termos do parecer jurídico GJA- 237/2021 - doc. nº 0519206600, encartado no processo SEI n. 7010.2021/0005602-7, pois verificou-se que, encerrada a fase de lances, todas as empresas licitantes/participantes foram **RECUSADAS/INABILITADAS**, por não comprovarem todos os requisitos de habilitação exigidos no Instrumento Convocatório.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA

PUBLICIDADE DOS PROCESSOS DE LICITAÇÃO

***** AVISO DE LICITAÇÃO *****

Encontram-se abertos no Depto. de Licitações e Contratos, sito na Av. N. Sra. do Bom Sucesso, n° 1400, Bairro Alto do Cardoso:

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 145/2021 (PMP 7026/2021)

Para "aquisição de mobiliário urbano com equipamentos", com recebimento das propostas até dia 29/09/2021, às 08h e início da disputa às 09h.

Todos os editais estarão disponíveis no site www.pindamonhangaba.sp.gov.br (e também https://www.bbmnetlicitacoes.com.br para pregões eletrônicos). Maiores informações no endereço acima das 8h às 17h ou através do tel.: (12) 3644-5600.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676